



CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01 PLANALTINA – DF



Wellington Maximo e Milley Nunes, campeões Brasileiros de BCR.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:

“...Esperança é ir atrás, é juntar, é não desistir.”

Paulo Freire

BRASÍLIA- DF

2024



SUMÁRIO

I – Apresentação	04
1.1. Processo de construção	04
1.2. Dados de identificação da Unidade Escolar	05
1.3. Equipe Gestora	05
1.4. Participação da Comunidade Escolar	06
II – Histórico	06
2.1. Descrição Histórica	06
2.2. Caracterização Física	07
III – Diagnóstico da Realidade	08
3.1. Características sociais, econômicas e culturais da comunidade	08
IV – Função Social	11
V – Missão da Unidade Escolar	11
VI – Princípios	12
VII – Objetivos da Educação, do Ensino e das Aprendizagens	13
7.1. Objetivo Geral	13
7.2. Objetivos Específicos	13
VIII – Fundamentos Teórico-Methodológicos	14
8.1. Concepção de Currículo, Avaliação, Ensino e Aprendizagem	14
8.2. Pedagogia Histórico-Crítica e Pedagogia Histórico-Cultural	14
IX – Organização Curricular	15
9.1. Base Nacional Comum Curricular – BNCC	15
9.2. Currículo em Movimento do Distrito Federal – Currículo Funcional	16
X – Organização do Trabalho Pedagógico da Unidade Escolar	18
10.1. Ciclos, Série ou Semestres	18
10.2. Relação Escola – Comunidade	26
10.3. Metodologia de Ensino Adotada	26
10.4. Atuação do SEEA, Orientação Educacional	27
10.5. Atuação dos Profissionais de Apoio Escolar Monitor	30
10.6. Atuação dos Profissionais de Apoio Escolar Educador Social	30
10.7. Coordenação Pedagógica e Papel do Coordenador Pedagógico	30
10.8. Valorização e Formação Continuada dos Profissionais da Educação	32
10.9. Permanência e Êxito Escolar dos Estudantes	33
10.10. Recomposição das Aprendizagens	34
10.11. Implementação da Cultura de Paz	35



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

- XI – Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem: Concepções e Práticas 36
- 11.1. Avaliação para as Aprendizagens 36
 - 11.2. Conselho de Classe 38
 - 11.3. Avaliação Institucional da Unidade Escolar 38
- XII – Plano de Ação para Implementação do PPP 38
- 12.1. Gestão Pedagógica 41
 - 12.2. Gestão de Resultados Educacionais 41
 - 12.3. Gestão Participativa 42
 - 12.4. Gestão de Pessoas 45
 - 12.5. Gestão Financeira 46
 - 12.6. Gestão Administrativa 48
- XIII - Programas e Projetos Desenvolvidos 49
- 13.1. Projeto Paralímpico Basquetebol Em Cadeira De Rodas 49
 - 13.2. Atendimento Educacional Especializado de Educação Física – AEE-EF 50
 - 13.3. CID-PARALÍMPICO 51
 - 13.4. Projeto: Oficina de Alimentação Saudável para Pessoa com Deficiência 52
 - 13.5. Projeto: Oficina da Pedagogia da Água para Alunos Especiais 53
 - 13.6. Projeto: Oficina Viver é uma Dança para Alunos Especiais 55
 - 13.7. Projeto: Oficina da Panificação para Alunos Especiais 57
 - 13.8. Projeto: Oficina Horta para Turma Permanente de Alunos Especiais 60
 - 13.9. Projeto: Oficina de Musicoterapia para Alunos Especiais 62
 - 13.10 Projeto: Oficina de Higiene Automotiva 64
 - 13.11. Projeto: Oficina de Teatro para Pessoas com Deficiência 66
 - 13.12. Projeto: Oficina do Bem Estar para Servidores da Ativa e Aposentados 67
- XIV – Acompanhamento e Avaliação do PPP 68
- 14.1. Avaliação Coletiva 68
 - 14.2. Periodicidade 68
 - 14.3. Procedimentos e Instrumentos 68
 - 14.4. Registros 68
- XV- Plano de Ação para o Desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico 70
- XVI- Quadro para Síntese dos Projetos Individuais, em Grupos e ou Interdisciplinares Desenvolvidos na Escola 72
- XVII- Quadro De Atendimentos Referente Projeto AEE-EF BCR 73
- XVIII- Referências Bibliográficas 74
- XIX- Apêndice I 78
- XX- Apêndice II 80
- XXI- Anexos 83



I – APRESENTAÇÃO

1.1. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/94) em seu Artigo 12, Inciso I, determina que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as dos sistemas, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Este processo deve ser realizado coletivamente, envolvendo alunos, professores, pais, funcionários da instituição e membros da comunidade. Além disso, o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limites, define em seu Art. 2º que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que ao confrontarem-se com diversas barreiras, podem ter sua participação plena e efetiva na sociedade obstruída em condições de igualdade com as demais pessoas.

Para mitigar esses impedimentos e promover a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade, o CEE 01 oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE). Do ponto de vista educacional, o processo de inclusão deve ser capaz de atender a todos, sem distinção. Isso requer uma transformação no cotidiano escolar e a implementação de novas formas de organização comprometidas com uma nova abordagem educacional (OLIVEIRA, 2004, p. 109). Nesse contexto, a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEE 01 de Planaltina é de extrema importância.

Segundo Veiga (1996, p. 12), ao construir os projetos de nossa escola, planejamos nossas intenções e ações futuras. “Lançamo-nos para adiante com base no que temos, buscando o impossível”. Assim, o PPP vai além de um simples plano de ensino e atividades; é um compromisso ético que define nosso caminho na construção de um sistema educacional inclusivo, baseado na legalidade e nos princípios teóricos fundamentados em ideais democráticos de igualdade. Este compromisso é reforçado pela Presidente Dilma Rousseff, ao estabelecer, por meio do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, a maneira acolhedora em que deve funcionar o Atendimento Educacional Especializado.

A construção deste documento envolveu todos os segmentos da escola, com uma formação contínua, em cada vivência, experiência compartilhada, aprendizado



e conquista. Suas propostas são reais, elegíveis e aplicáveis, elaboradas com base nas necessidades, diagnósticos, aptidões e possibilidades de cada estudante. Todo o cuidado foi tomado para que as propostas não ficassem apenas no campo das ideias, mas fossem exequíveis e trouxessem verdadeiras alegrias a cada conquista dos nossos alunos.

A comunidade escolar está presente em cada momento desta Unidade Escolar, seja no cotidiano de levar e buscar os alunos, proporcionando a observação e aprendizado das rotinas, costumes e cuidados necessários, seja nos diálogos francos e livres, ou nos encontros agendados para resolver desconfortos. A escola é um movimento constante que gera mudanças e ensino. Entrevistas com professores regentes, reuniões, atendimentos com pedagogos, psicólogos e/ou orientadores educacionais são alguns dos instrumentos de pesquisa e engajamento que promovem a participação escolar.

1.2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Coordenação Regional de Ensino de Planaltina

Unidade Escolar: CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01 DE PLANALTINA

Níveis/Modalidade de Ensino: EDUCAÇÃO ESPECIAL

Código SIGRH: 990230000066

Endereço: Setor Educacional, lote I

Localização: Urbana

Telefone: 3388.4494

E-mail: cee01.planaltina@edu.se.df.gov.br

1.3. EQUIPE GESTORA

Diretor: 024.826-6 ENILSON ANTÔNIO DA SILVA

Vice-Diretor: 213.450-0 EDUARDO DIAS DE SOUZA

Supervisores:

204.980-5 EDSON CARLOS MELO SOARES

252.374-4 LUCIA MARIA BONFIM DA SILVA

Secretária: 225.534-0 NAIR ANTÔNIO DOS SANTOS



1.4. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Pautado numa abordagem inclusiva, o Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina oferece atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência múltipla, intelectual e Transtorno do Espectro Autista, matriculados na própria instituição. Além disso, proporciona atendimento complementar aos estudantes das escolas regulares, fornecendo suportes especiais que promovam seu desenvolvimento global, autonomia e inserção profissional, respeitando suas limitações e especificidades individuais.

O CEE 01 não apenas oferece programas especiais aos estudantes, mas também funciona como um espaço de aquisição de conhecimento, promoção de experiências e interação social. Esse ambiente é enriquecido pela participação ativa dos docentes, auxiliares de educação, do Conselho Escolar, da equipe de direção e da comunidade escolar.

A participação dos pais na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) é fundamental. Ela se dá por meio de reuniões, entrevistas individualizadas e coleta de dados, onde são indicadas sugestões, garantindo que o processo educativo seja colaborativo e atenda às necessidades de todos os envolvidos.

II – HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

2.1 DESCRIÇÃO HISTÓRICA

O Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina-DF está localizado no Setor Educacional, Lote I, ao lado da rodoviária, ocupando uma área construída de 1.904,59 m². Inicialmente, o prédio foi construído na década de 1970 para ser a Escola Classe Nº 02 de Planaltina, conforme o projeto governamental da época.

Em meados de 1989, uma pesquisa realizada pela Comissão Jovem Gente Como a Gente revelou a existência de cerca de novecentas pessoas com deficiência na cidade, necessitando de atendimento escolar, com idades variando de zero a trinta anos. Diante dessa demanda, a Escola Classe Nº 02 foi submetida a uma inspeção técnica pela FEDF, que emitiu parecer favorável, permitindo que, desde 1990, a escola funcionasse como Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina.

No ano de 1999, foi implementada a jornada ampliada, e a estrutura funcional da instituição passou a incluir a figura do supervisor pedagógico. Em 2009, foi adicionado mais um recurso humano, o Monitor em Gestão Educacional.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

Atualmente, o Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina é uma instituição da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), reconhecida pela qualidade de sua educação. A escola busca atender estudantes com deficiência e suas famílias, promovendo a cidadania e funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno. A dinâmica dos atendimentos tem se adaptado conforme a proposta da Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral (SUBIN) e suas diretorias centrais, prevendo que só permanecerão no CEE 01 estudantes que não têm perspectiva imediata de inclusão na Rede Regular de Ensino.

A instituição oferece diversas modalidades de ensino de Educação Especial, seguindo as Orientações Pedagógicas e Estratégia de Matrícula, incluindo o Programa de Educação Precoce, DMU, DI, TEA, Oficinas Pedagógicas e Atendimento Paralímpico de Basquetebol em Cadeira de Rodas.

Planaltina, uma cidade histórica marcada por processos migratórios internos, enfrenta tensões como insegurança, violência, marginalização, exclusão e crise de valores. Dentro deste contexto, o CEE 01 atua para promover uma educação que capacite os alunos a se tornarem agentes transformadores da sociedade, garantindo a construção de conhecimentos e valores para uma compreensão crítica e transformadora da realidade.

2.2. Caracterização Física

A estrutura física da instituição é composta por:

- 52 salas de aula
- 4 salas de psicomotricidade
- 1 sala de coordenação do Projeto Água
- 1 sala de direção
- 1 sala para a secretaria
- 1 sala para o administrativo
- 1 sala de coordenação coletiva
- 1 sala de coordenação precoce
- 1 supervisão pedagógica
- 1 sala para o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem
- 1 sala para Orientação Educacional
- 4 banheiros masculinos adaptados, sendo 2 com macas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

- 4 banheiros femininos adaptados, sendo 2 com macas
- 2 banheiros masculinos para servidores
- 2 banheiros femininos para servidores
- 1 pátio interno
- 1 cantina
- 2 dispensas
- 1 depósito para material pedagógico e de limpeza
- 1 sala para servidores
- 1 piscina
- 1 refeitório
- 2 quadras de esportes
- 2 parques infantis
- 1 sala de Atendimento Ambiental e Música
- 1 sala de Projeto Horta
- 1 estacionamento externo
- 1 guarita com um banheiro
- 1 sala de acolhida para os responsáveis
- Muro de alvenaria ao redor da escola

III - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR

3.1. Características sociais, econômicas e culturais da comunidade

3.1.1 Contexto Atual e Metodologia do CEE 01

O Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina (CEE 01) atende atualmente 168 turmas, distribuídas da seguinte forma: 24 turmas de Atividades de Educação Precoce, 24 turmas de Educação Física Precoce, 10 turmas de Atendimento Interdisciplinar/Complementar, 108 turmas de atendimentos DI/DMU/TEA e 2 turmas de atendimento Paralímpico na modalidade de Basquetebol em Cadeira de Rodas. No total, são 720 alunos, sendo 381 na Educação Precoce, 253 nas modalidades DI, DMU, DMU Alternado e Oficinas Pedagógicas Diárias e Alternadas, 22 no atendimento Paralímpico de Basquetebol em Cadeiras de Rodas e 86 no atendimento complementar. Este trabalho segue a proposta da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Currículo em Movimento da Educação Básica,



especificamente para a modalidade de Educação Especial, visando a relação ensino-aprendizagem.

3.1.2 Abordagem Educacional

O CEE 01 adota o Currículo Funcional, respeitando os seguintes aspectos:

- Planejamento Pedagógico Individual (PIBI): Desenvolvimento de habilidades funcionais vinculadas à qualidade de vida.
- Atividades da Vida Autônoma e Social (AVAS): Foco no desenvolvimento socioafetivo.
- Adequação à idade cronológica: Preferencialmente utilizando o Portage como instrumento de avaliação.
- Ambiente natural do aluno: Priorização para a realização das atividades.
- Passeios diários: Atividades fora da escola para promover interação social.
- Participação de pais e profissionais: Envolvimento efetivo no processo educacional.
- Interação com estudantes não deficientes: Facilitação de experiências naturais de vida.
- Atendimento alternado e em bloco: Métodos variados de atendimento.
- Serviço especializado: Suporte educacional contínuo.
- Sala da Família: Espaço para pais e responsáveis, com ambiente acolhedor e oportunidades de estudo e cursos.

3.1.3 Pedagogia de Inclusão

As ações pedagógicas são planejadas e aplicadas em consonância com a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), que enfatiza o desenvolvimento do currículo comum em aspectos práticos. Isso é crucial para estudantes que necessitam de apoio contínuo e intenso.

3.1.4. Resposta à Pandemia

Em 2020, com a chegada da pandemia de COVID-19, a escola enfrentou o desafio do isolamento social, mas a educação permaneceu presente na vida dos alunos. Utilizamos o Perfil Individual para Atendimento Remoto (PIAR) para entender a estrutura familiar e os recursos tecnológicos disponíveis. As ações pedagógicas



foram realizadas por meio de videochamadas, ligações telefônicas, mensagens de texto e áudio pelo WhatsApp, e a plataforma Moodle, cedida pelo CEE 01 do Gama. Todo o planejamento pedagógico foi discutido coletivamente, respeitando as particularidades de cada turma e aluno, com base no Plano Interventivo Bimestral Individual (PIBI).

3.1.5 Suporte Durante a Pandemia

Além das atividades educativas, a escola promoveu a distribuição de cestas básicas e outros recursos essenciais, como fraldas e kits de aula, demonstrando generosidade e dedicação. Parcerias com várias instituições e a colaboração dos funcionários foram fundamentais para atender às necessidades dos alunos e suas famílias, inclusive com doações de celulares para facilitar o acesso ao ensino remoto.

3.1.6 Retorno às Aulas Presenciais

Em 2022, iniciamos o retorno parcial e escalonado dos alunos especiais, enfrentando desafios como a falta de dispositivos eletrônicos para algumas famílias.

Em 2023, voltamos presencialmente com a maioria dos alunos, seguindo as devidas orientações de proteção.

Em 2024, começamos o ano com 100% de atividades presenciais e continuamos a implementar um modelo de ensino híbrido, combinando presencial e online, adaptando-se às necessidades da nova geração de alunos.

3.1.7 Conclusão

A gestão pedagógica do CEE 01 reconhece a importância de um modelo de ensino híbrido, que se adapta às novas realidades e oferece uma abordagem inclusiva e funcional para todos os alunos. A experiência da pandemia reforçou a necessidade de inovação e flexibilidade no ensino, promovendo uma educação que vai além do tradicional, focada em proporcionar um aprendizado significativo e inclusivo para cada estudante.



IV - FUNÇÃO SOCIAL

A Educação Especial constitui-se numa modalidade de ensino que visa garantir o direito à educação aos alunos com deficiências físicas e intelectuais, transtornos globais do desenvolvimento, e oferecer atendimento complementar aos alunos incluídos na rede regular de ensino. Nosso objetivo é oferecer uma educação de qualidade, fundamentada nos princípios de uma democracia participativa, comunitária, fraterna e ambiental, tornando-se um espaço cultural de socialização e desenvolvimento para pessoas com deficiência, preparando-as para o exercício pleno de sua cidadania.

Nossas ações vão além da sala de aula, buscando suprir necessidades de forma prazerosa e engajadora para todos os funcionários da escola. Temos um compromisso contínuo com a distribuição de cestas básicas e contribuições variadas, como a entrega de mimos pelos professores, brinquedos, jogos, materiais impressos, fraldas, e kits para uso em determinadas aulas. Sentimentos de generosidade, altruísmo e dedicação permeiam cada ação: ligações, orações, mensagens motivacionais e busca ativa foram intensamente realizadas para proporcionar mais conforto aos nossos alunos durante a pandemia.

Vale destacar que as parcerias entre a escola e as famílias são um dos pilares do CEE 01. Entre as parcerias importantes, destacam-se o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o Comitê Brasileiro de Clubes (CBBC), o Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE), o Instituto Malaquias, a Secretaria de Esportes do Distrito Federal, a Equipe Cerrado e a Federação de Basquetebol em Cadeiras de Rodas.

V - MISSÃO

O Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina tem como missão promover uma ação educadora comprometida e fundamentada nos princípios de igualdade de acesso, respeito à identidade dos alunos, garantia de permanência e sucesso escolar, obrigatoriedade da Educação Básica, e gratuidade inclusiva. Nosso objetivo é potencializar as capacidades das pessoas com deficiência, visando sua inclusão na rede regular de ensino, no mundo do trabalho e na vida social.



VI - PRINCÍPIOS

A partir de uma concepção sociointeracionista, o Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina compreende a educação como uma construção coletiva e permanente, fundamentada nos princípios de convivência, solidariedade, justiça, respeito, valorização da vida na diversidade e na busca do conhecimento. Nessa perspectiva, utiliza-se uma metodologia cooperativa e participativa, que contribui para a construção da autonomia moral e intelectual de todos os envolvidos no processo educativo, promovendo a humanização e a mudança social.

A proposta é oferecer uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, funcionando como um espaço cultural de socialização e desenvolvimento para pessoas com deficiência, preparando-as para o exercício pleno da cidadania. O objetivo educacional é questionar e romper com a estrutura política e social vigente, sustentando o trabalho pedagógico no comprometimento com a construção do conhecimento pelo próprio sujeito. Esta construção se dará pela mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento por meio da cooperação.

O diálogo é constante e permanente, realizado através de vários mecanismos: Conselho Escolar; Rodas de Conversa; Palestras com espaço para perguntas e respostas; Lives; Canal do YouTube; Instagram; e Redes Sociais em geral, como o WhatsApp, que se tornou muito mais do que uma agenda eletrônica, servindo como espaço de avisos, sugestões, desabafos, conversas, trocas diversas, acolhimento e respeito.

Assim, mesmo que até hoje as instituições escolares tenham estado à mercê da política e da situação social, acreditamos que é através da educação escolar que é possível construir uma sociedade mais justa, que respeite as diferenças e garanta espaço para que o individual possa emergir no social, favorecendo, dessa forma, a garantia dos direitos de todos.

Nesses termos, os esforços desta Instituição de Ensino convergem para a construção e concretização de um projeto pedagógico que entenda que os tempos e espaços escolares de convivência, ensino e aprendizagem devem ser pautados pela ética e constituídos em favor do bem maior, que é a vida.



VII - OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

6.1. Objetivo Geral

Dinamizar o Currículo Funcional, de forma a resgatar a visão de totalidade dos estudantes, respeitando suas individualidades e potencialidades específicas. Estabelecer princípios curriculares que possibilitem a participação ativa e a corresponsabilização de todos os envolvidos, priorizando uma ação pedagógica voltada à formação de cidadãos plenos. Garantir o acesso ao conhecimento, respeitando a diversidade de cada aluno, e, assim, construir a identidade da escola. Dessa forma, a sociedade poderá compreender a importância do CEE 01 de Planaltina como uma instituição formadora de cidadãos conscientes, independentemente de suas deficiências.

6.2. Objetivos Específicos

- Proporcionar situações de aprendizagem que auxiliem na formação global do indivíduo, promovendo autonomia, interação social e mobilidade.
- Oportunizar a formação profissional de forma adequada, tanto para professores, monitores, educadores sociais voluntários e demais agentes educacionais, quanto para familiares e a comunidade escolar, com profissionais aptos, acolhedores e dinâmicos.
- Promover a acessibilidade, ampliando as habilidades funcionais dos estudantes.
- Adequar a estrutura dos atendimentos ofertados, garantindo ao CEE 01 a autonomia necessária para atender adequadamente às necessidades de cada aluno, respeitando suas prioridades e diversidades educacionais, e oferecendo o conhecimento e a adequação tanto educacional quanto estrutural em cada modalidade em que o aluno se encontra.
- Atender a comunidade nos turnos diurno e noturno.

Nossa finalidade é atender ao disposto na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando viabilizar mecanismos que garantam os direitos de cidadania das pessoas com deficiência. Isso inclui ministrar Educação Infantil, Oficinas Pedagógicas, Educação de Jovens e Adultos, Esportes Adaptados (como Basquetebol em Cadeira de Rodas e Bocha), Educação Profissional e facilitar a colocação no mercado de trabalho,



observando a legislação e as normas específicas aplicáveis. Além disso, prestaremos atendimentos especializados complementares de apoio e suporte pedagógico à inclusão.

VIII – FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

8.1. Concepção de Currículo, Avaliação-ensino-aprendizagem

O Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina tem como proposta ser uma escola especial inclusiva. Partindo do pressuposto de que a educação é para todos, busca-se o reconhecimento e a valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo escolar, garantindo o acesso e a permanência do aluno na escola.

Acredita-se que todos os sujeitos podem aprender juntos, embora com objetivos e processos diferentes, visando uma educação de qualidade. Conforme Carvalho (2000, p. 17):

"Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Com esse enfoque temos procurado pensar no especial da educação, parecendo-nos mais recomendável do que atribuir essa característica ao alunado."

Esse conceito nos remete a mudanças significativas no contexto escolar, abrangendo aspectos pedagógicos, relacionais, administrativos e institucionais, para garantir a aprendizagem de todos os alunos, respeitando a diversidade. Carvalho (2000, p. 17) afirma que a diferença não é uma peculiaridade apenas das pessoas com deficiências ou das superdotadas. Todos somos absolutamente diferentes uns dos outros e de nós mesmos, à medida que crescemos e nos desenvolvemos. Todos somos especiais.

8.2. Pedagogia Histórico-Crítica e Pedagogia Histórico-Cultural

Em uma escola especial, adotar a Pedagogia Histórico-Crítica é mais do que simplesmente transmitir conhecimento sistematizado; é transformá-lo em entendimento significativo, permitindo aos alunos estabelecer conexões profundas entre as disciplinas e sua realidade. Nesse contexto, a escola assume o papel



crucial de socializar esse conhecimento historicamente elaborado, com a Pedagogia Histórico-Crítica enraizada nesse propósito, embora seus impactos se estendam para além das fronteiras da escola, visando influenciar a prática social global.

Desenvolvida por Dermeval Saviani, a Pedagogia Histórico-Crítica propõe a integração do conhecimento sistematizado à prática social, buscando alcançar o "concreto pensado" por meio da problematização e instrumentalização teórico-prática. Sob a orientação do professor, os alunos têm a oportunidade de explorar esse saber historicamente construído, com o objetivo final de se tornarem agentes ativos na transformação social, e o Currículo Funcional é a bússola que os guia nessa jornada educativa.

A prática pedagógica alinhada à pedagogia histórico-crítica exige um currículo que não apenas transmita conhecimentos historicamente validados pela prática social, mas também os sistematize de maneira lógica e sequencial. Esse planejamento curricular visa garantir as conexões essenciais entre os conteúdos e as melhores estratégias de transmissão, considerando o conteúdo, a forma e as necessidades individuais dos alunos.

Atualmente, a pedagogia histórico-crítica está ganhando destaque como uma construção teórica coletiva, demonstrando sua vitalidade e solidez como uma teoria pedagógica desafiadora. Em um momento em que a educação pública brasileira enfrenta desafios significativos, essa abordagem se destaca como uma alternativa promissora, aliando-se à psicologia histórico-cultural para formar indivíduos capazes de moldar um futuro mais promissor.

IX - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1. Base Nacional Comum Curricular – BNCC e Currículo em Movimento do Distrito Federal – Currículo Funcional

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica no Brasil. A BNCC tem como objetivo assegurar a equidade no acesso ao conhecimento e promover uma formação integral, preparando os estudantes para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. Ela estabelece competências gerais e



específicas para cada etapa de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, guiando as redes de ensino na elaboração de seus currículos.

Por outro lado, o Currículo em Movimento do Distrito Federal, também conhecido como Currículo Funcional, é uma iniciativa específica do Distrito Federal que busca adaptar e contextualizar as diretrizes da BNCC à realidade local. Esse currículo tem como foco a construção de uma educação mais próxima das necessidades e contextos dos estudantes do DF.

O Currículo Funcional valoriza a prática pedagógica voltada para a formação de sujeitos críticos e autônomos, promovendo uma educação que vai além do conteúdo acadêmico, incorporando aspectos culturais, sociais e emocionais.

9.2. Principais Diferenciais entre BNCC e Currículo em Movimento

Contextualização Local:

- BNCC: Aplica-se a nível nacional, estabelecendo um padrão de aprendizagem comum para todos os estados e municípios do Brasil.
- Currículo em Movimento do DF: Adapta as diretrizes nacionais da BNCC às especificidades culturais, sociais e econômicas do Distrito Federal, atendendo às particularidades da comunidade local.

Abordagem Educacional:

- BNCC: Enfatiza o desenvolvimento de competências gerais, como o pensamento crítico, a empatia, a responsabilidade e a autonomia, além de competências específicas em áreas como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.
- Currículo em Movimento do DF: Além das competências previstas na BNCC, foca na formação integral dos alunos, integrando práticas pedagógicas que incentivem a participação ativa dos estudantes na sociedade e no mundo do trabalho.

Implementação e Flexibilidade:

- BNCC: Serve como referência para a elaboração dos currículos das redes de ensino, que devem adaptá-los de acordo com suas realidades locais.
- Currículo em Movimento do DF: Implementa essas diretrizes de maneira flexível e adaptativa, incorporando feedbacks contínuos de educadores e da comunidade para aprimorar continuamente o processo educativo.



Instrumentos e Metodologias:

- BNCC: Propõe diretrizes e expectativas de aprendizagem, incentivando o uso de metodologias ativas e inovadoras, mas sem detalhar ferramentas específicas.
- Currículo em Movimento do DF: Desenvolve e utiliza instrumentos e metodologias pedagógicas concretas que são regularmente avaliadas e ajustadas, visando a eficácia na aprendizagem e a adequação ao contexto local.

Em resumo, enquanto a BNCC proporciona uma base comum para a educação em todo o país, o Currículo em Movimento do Distrito Federal se destaca por sua capacidade de contextualizar essas diretrizes, atendendo às necessidades específicas dos alunos do Distrito Federal e promovendo uma educação mais inclusiva e relevante.

Para atender de forma eficaz a essa clientela específica, a rede pública de ensino do Distrito Federal adota o Currículo Funcional, um recurso educacional amplamente reconhecido e definido pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme o artigo 41 da Resolução nº 01/2012-CEDF. Este instrumento educacional tem como objetivo facilitar a integração dos estudantes com necessidades educacionais especiais na sociedade, visando o desenvolvimento de habilidades fundamentais que promovam autonomia nas atividades do dia a dia.

O Currículo Funcional teve sua origem na Universidade de Kansas, nos Estados Unidos, na década de 1970, inicialmente concebido para crianças sem deficiência, visando ampliar respostas adaptativas e reduzir comportamentos que pudessem dificultar sua integração social. O foco era o aprendizado de habilidades que facilitassem sua adaptação ao ambiente em que estavam inseridas, visando torná-las mais independentes e criativas. Posteriormente, na década de 1980, Liliana Mayo, do Centro Ann Sullivan do Peru, e Judith Le Blanc aplicaram essa abordagem a pessoas com deficiência e transtorno global de desenvolvimento, buscando desenvolver habilidades funcionais realmente úteis e preparar os alunos para a vida.

É importante ressaltar que o currículo de uma escola inclusiva vai além das adaptações feitas para estudantes com deficiências ou outras necessidades educacionais especiais. Ele é fundamental para alcançar uma educação de qualidade que reconheça e aceite a diversidade, proporcionando igualdade de



oportunidades. Esse novo paradigma curricular está ligado a uma concepção mais ampla que abraça a diversidade dos alunos da escola. Para isso, é essencial romper com currículos inflexíveis e sobrecarregados de conteúdo, que fortalecem a segregação e a exclusão.

A característica central de um currículo inclusivo é a flexibilidade. Ele deve permitir adaptações tanto nos objetivos específicos quanto nas metodologias de ensino, mantendo, contudo, um núcleo comum dentro de cada nível e etapa. Na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), a orientação para o desenvolvimento curricular deve levar em conta a educação de estudantes com necessidades educacionais especiais em cada fase e modalidade, podendo ser feitas adaptações conforme mencionadas anteriormente.

Em resumo, um currículo ideal não deve ser excessivamente inflexível, limitando novas experiências para os estudantes, nem excessivamente flexível, permitindo atividades educacionais sem planejamento ou propósito. Uma abordagem inclusiva do currículo deve assegurar que a responsabilidade pelo aprendizado seja compartilhada entre alunos e educadores. Isso implica não apenas que os alunos não devem ser forçados a se ajustarem ao ritmo da aula, mas que o ritmo e a dinâmica das atividades de aprendizagem devem ser adaptados para promover a participação e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

X - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO - OTP

10.1. CICLOS, SÉRIES OU SEMESTRES

A Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) começa com a identificação individual de cada aluno. Inicialmente, o professor realiza uma avaliação diagnóstica para determinar o desenvolvimento atual do aluno, focando no Currículo Funcional, que orienta o trabalho nas áreas motora, cognitiva, emocional, social e linguística.

O segundo passo envolve o registro das fragilidades e potencialidades do aluno para elaborar atividades de intervenção pedagógica no planejamento individual. O Plano Interventivo Bimestral Individual (PIBI) é um documento flexível que faz parte da documentação do CEE 01. Os objetivos e estratégias do PIBI são revisados continuamente com base na resposta do aluno, visando o desenvolvimento pleno do estudante.



Nossos alunos são organizados em Modalidades, formando turmas de Educação Precoce, DI, DMu, DMu Alternado, TEA, Oficinas Pedagógicas e Atendimentos aos alunos do Centro: Educação Física, Artes Lúdicas, Artes Cênicas, Informática e Ambiental, Atendimento Complementar para os alunos que estão nas turmas de Inclusão nas escolas da rede: Educação Física, Informática e Ambiental.

Todas as turmas são formadas de acordo com a Estratégia de Matrícula vigente e as devidas autorizações da SEEDF aos alunos que não são contemplados pela estratégia, chamados de Caso Omitido, depois de um aprofundado estudo de suas necessidades, individualizando o atendimento.

- **EDUCAÇÃO PRECOCE**

A Educação Precoce visa promover a aprendizagem nos primeiros anos de vida por meio de técnicas socioeducativas. Os atendimentos ocorrem individualmente e em grupo, com frequência mínima de duas vezes por semana, durante 45 minutos.

Na primeira etapa, que abrange de 0 a 6 meses, os bebês são organizados em duas turmas, uma matutina e outra vespertina, voltadas especificamente para recém-nascidos e bebês até os 6 meses e 29 dias. Cada turma tem no mínimo 6 alunos/6 pais e no máximo 16 alunos/16 pais.

Já na segunda etapa, que vai dos 7 meses aos 3 anos e 11 meses, as turmas são compostas por entre 10 e 16 alunos, com ênfase no estímulo à autonomia e na promoção da socialização. A estrutura desse atendimento visa oferecer suporte abrangente às famílias, garantindo a continuidade dos cuidados em casa e auxiliando nas dificuldades práticas e nos desafios de relacionamento com os filhos.

Com o avanço tecnológico, o diagnóstico precoce de condições como a síndrome de Down, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras se torna cada vez mais comum. Nesse contexto, é essencial adaptar a distribuição e o número de alunos por turma para atender de maneira eficaz às necessidades individuais de cada estudante.

- **DEFICIÊNCIA INTELECTUAL - DI**

A clientela do Centro de Ensino Especial apresenta em sua totalidade a deficiência intelectual. Diante deste contexto as atividades pedagógicas visam o



desenvolvimento global do estudante para que ele possa conviver em sociedade de forma independente e produtiva.

A estruturação das turmas é composta conforme consta a estratégia de matrícula, adota-se para esta modalidade o Currículo Funcional para que seja obtida a aquisição das habilidades psicomotoras, socialização, AVAS e funcionalidade acadêmica. Além destas atividades é ofertada a Educação Física e atendimento no PAI. A formação das turmas é baseada no respeito à faixa etária e dividido em etapas: 1ª ETAPA: de 04 a 05 anos; 2ª ETAPA: de 06 a 10 anos; 3ª ETAPA: de 11 a 14 anos; 4ª ETAPA: acima de 15 anos.

- **DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS - DMU**

Planejamento pedagógico em consonância com o Currículo Funcional é trabalhado de acordo com a necessidade de cada estudante com o foco no desenvolvimento da autonomia, comunicação, socialização, a formação dessas turmas é baseada no respeito à faixa etária e dividido em etapas: 1ª ETAPA: de 04 a 05 anos; 2ª ETAPA: de 06 a 10 anos; 3ª ETAPA: de 11 a 14 anos; 4ª ETAPA: acima de 15 anos.

No atendimento ao estudante com deficiência múltipla são contemplados com atendimentos diário e alternado (para alunos muitos comprometidos), juntamente com Educação Física e nos demais atendimentos, tais como: Educação Ambiental, Artes Cênicas Teatro, Artes Lúdicas e outros que vierem a existir, sempre em conformidade com as necessidades curricular do aluno.

- **OFICINAS PEDAGÓGICAS DIÁRIAS E ALTERNADAS**

As Oficinas Pedagógicas constituem um espaço educacional voltado para a potencialização do aprender humano visando ao desenvolvimento da autonomia e a independência do educando nas diversas situações de vida diária, prática e social.

O ingresso do estudante dar-se-á a partir dos 14 anos de idade. O Programa possibilita aos estudantes com Deficiência Intelectual, Deficiências Múltiplas e



Transtorno Do Espectro Autista, vivenciar processos de aprendizagem em dimensões concretas do conhecimento, onde o estudante terá a oportunidade de observar, sentir, apropriar-se do que está sendo proposto, trabalhar, interagir, transformar, operar, criar e recriar conforme sua habilidade, criatividade e interesse, bem como construir com uma aprendizagem voltada para o desenvolvimento do autoconceito, da autoestima, autoconfiança e da possibilidade de construção de soluções.

Nessa perspectiva o programa se adapta e implanta uma visão de trabalho com as Oficinas Pedagógicas Sócias Motivacionais, levando em consideração os estudantes e as suas especificidades, o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, relacionando conteúdos relativos às habilidades práticas em oficinas específicas, interligados com o Currículo Funcional e o Currículo em Movimento este com suas adequações de acordo com a individualidade de cada estudante.

Nas oficinas práticas os estudantes realizam trabalhos manuais de acordo com suas habilidades, interesses e potencialidades. Com o Currículo Funcional os seguintes aspectos são trabalhados: atividades da vida autônoma e social, vida familiar, vida social, saúde e segurança, habilidades psicomotoras, funcionalidade acadêmica, funções intelectuais; integração social, educação ambiental, lazer; formação da identidade pessoal, social e cultural.

Paralelamente às atividades desenvolvidas no programa, os estudantes são atendidos em educação física para trabalhar a psicomotricidade, o desenvolvimento da consciência corporal, locomoção, equilíbrio e organização espacial. Respeitados os interesses e as habilidades individuais, os mesmos frequentam, também, os atendimentos interdisciplinares (artes, informática e educação ambiental).

As Oficinas de Atendimento Alternado são ofertadas aos estudantes com comprometerimentos significativos, impossibilitados de frequentar todos os dias a escola, vindo duas ou três vezes por semana, e de acordo com o consentimento familiar, seguindo os mesmos parâmetros detalhados acima.

- **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA**

O atendimento é feito por um professor para cada dois estudantes. É oferecido além da Educação Física o atendimento no PAI. As atividades pedagógicas são baseadas no reforço positivo e todo o trabalho realizado visando à



inclusão social. As atividades diárias serão realizadas respeitando a rotina e necessidades do aluno TEA.

No intuito de proporcionar o atendimento conforme realidade do dia a dia, as vivências acontecerão em espaço real, simulando tarefa cotidiana. O professor para atuar no atendimento de aluno TEA terá que ter experiência ou qualificação, participar de coordenações interativas para troca de experiência e apoio nas possíveis soluções em situações de dificuldades pedagógicas.

Na ausência de um desses critérios, o professor terá que participar de estudos de caso e estágios em turmas de TEA, visando adquirir conhecimento quanto a realidade do programa a ser desenvolvido no atendimento TEA. O

Programa de Atendimento baseia-se na seguinte rotina:

- 1° Acolhimento pedagógico no pátio;
- 2° Fixação do calendário; 3° História;
- 4° Passeio vivencial; 5° Atividades de mesa;
- 6° Lanche e higiene;
- 7° Atividades lúdicas;
- 8° Preparação da saída,
- 9° Despedida.

O processo avaliativo de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) deve ser aplicado de forma cuidadosa e abrangente, respeitando as características individuais de cada estudante e visando promover o seu desenvolvimento integral, estruturado da seguinte forma:

1. Avaliação Diagnóstica Inicial com objetivo de identificar o nível de desenvolvimento e as necessidades específicas do aluno, executando as seguintes ações;

- Observação Direta: Análise do comportamento do aluno em diferentes contextos (sala de aula, recreio, atividades em grupo e individuais).
- Entrevistas: Conversas com pais, cuidadores e profissionais que já trabalham com o aluno para obter uma visão completa de suas habilidades e desafios.
- Histórico Escolar: Revisão de registros acadêmicos anteriores para identificar padrões de comportamento e desenvolvimento.

2. Áreas de Avaliação:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

- Comunicação Verbal: Avaliação da capacidade de expressão e compreensão verbal.
- Comunicação Não-verbal: Uso de gestos, expressões faciais e outras formas de comunicação.
- Interação Social: Capacidade de iniciar e manter interações sociais.
- Resposta a interações iniciadas por outras pessoas.
- Nível de conforto e competência em diferentes contextos sociais.
- Comportamentos e Interesses, Identificação de comportamentos repetitivos ou estereotipados.
- Avaliação de interesses restritos e sua influência nas atividades diárias.
- Nível de desempenho em áreas curriculares.
- Estilos de aprendizagem preferenciais e estratégias que facilitam a comunicação.
- Avaliação de habilidades motoras finas e grossas.
- Necessidade de suporte em atividades físicas e motoras.
- Nível de independência em atividades cotidianas (higiene pessoal, alimentação, vestir-se).
- Habilidades de organização e planejamento.

3. Elaboração do Plano de Intervenção Individualizado (PII)

- Objetivo: Desenvolver um plano de ação específico para atender às necessidades individuais do aluno.
- Definição de Metas: Estabelecimento de objetivos claros e mensuráveis em cada área de desenvolvimento.
- Estratégias e Recursos: Identificação de métodos e materiais adaptados para apoiar o aluno.
- Cronograma de Revisão: Estabelecimento de datas para revisão e ajuste do plano com base no progresso do aluno.

4. Implementação e Monitoramento

Objetivo: Aplicar as estratégias definidas no PII e monitorar o progresso.

- Acompanhamento Contínuo: Monitoramento regular do progresso do aluno em relação às metas estabelecidas.



- Feedback e Ajustes: Coleta de feedback de professores, pais e do próprio aluno para ajustar estratégias conforme necessário.
- Registro e Documentação: Manutenção de registros detalhados das intervenções realizadas e dos progressos observados.

5. Revisão e Ajuste do Plano

- Objetivo: Avaliar a eficácia das intervenções e fazer ajustes necessários.
- Reuniões de Avaliação: Encontros periódicos com a equipe multidisciplinar, pais e aluno (quando apropriado) para discutir o progresso e fazer ajustes no plano.
- Relatórios de Progresso: Documentação formal do progresso do aluno e das adaptações realizadas no PII.

A avaliação de alunos com TEA deve ser contínua e adaptativa, garantindo que suas necessidades específicas sejam atendidas de maneira eficaz. Este processo inclui a avaliação diagnóstica inicial, a elaboração de um plano de intervenção individualizado, a implementação e monitoramento das estratégias, e a revisão e ajuste contínuo do plano. Ao fazer isso, é possível promover o desenvolvimento integral do aluno.

A formação das turmas é baseada no respeito à faixa etária e dividido em etapas, respeitando a orientação pedagógica vigente e a proposta pedagógica da Escola, considerando as especificidades, respeitando o número mínimo de alunos em conformidade com o orientado na Estratégia de Matrícula da SEDF, ou conforme autorizações referentes aos “Casos Omissos”.

- **TENDIMENTO INTERDISCIPLINAR/COMPLEMENTAR**

Os alunos matriculados recebem atendimento no contraturno, seguindo um regime de 20 horas pela manhã, 20 horas à tarde e 20 horas à noite. Este atendimento abrange atividades pedagógicas que abordam as três partes do cérebro:

1. **CÉREBRO REPTILIANO** é considerado a região mais “primitiva” do cérebro humano, responsável por regular as reações instintivas. Especialmente



aquelas associadas as funções básicas de sobrevivência e instintos primordiais. Atividades que estimulam essa parte do cérebro incluem:

- **Exercícios de Respiração:** Práticas de respiração profunda podem ajudar a acalmar o sistema nervoso e reduzir o estresse, promovendo um ambiente propício para a aprendizagem.
- **Atividades Sensoriais:** Brincadeiras que envolvem o tato, como manipular massinha ou sentir diferentes texturas, são eficazes para estimular o cérebro reptiliano.
- **Rotinas e Estrutura:** Estabelecer rotinas claras e previsíveis no ambiente de aprendizagem proporciona uma sensação de segurança e estabilidade, o que é reconfortante para o cérebro reptiliano.

2. O SISTEMA LÍMBICO é responsável pelas emoções e memórias. Atividades que envolvem essa parte do cérebro incluem:

- **Expressão Artística:** Desenho, pintura, música e dança são formas poderosas de expressão emocional que ativam o sistema límbico.
- **Contação de Histórias:** Ouvir ou contar histórias pode evocar uma variedade de emoções e estimular a empatia e a compreensão emocional.
- **Jogos Cooperativos:** Jogos que incentivam a colaboração e o trabalho em equipe promovem o senso de pertencimento e conexão emocional entre os participantes.

3. O NEOCÓRTEX é responsável pelo pensamento consciente, linguagem e raciocínio. Atividades que desafiam essa parte do cérebro incluem:

- **Resolução de Problemas:** Quebra-cabeças, jogos de estratégia e enigmas incentivam o pensamento crítico e analítico.
- **Discussões e Debates:** Estimular discussões sobre tópicos diversos promove o pensamento crítico, a articulação de ideias e o desenvolvimento da argumentação.
- **Projetos Criativos:** Propor projetos que exigem pesquisa, planejamento e execução estimula a criatividade e a capacidade de resolver problemas de forma inovadora.



Todavia, para uma abordagem verdadeiramente holística, é importante integrar atividades que estimulem todas as partes do cérebro em um ambiente de aprendizagem coeso, essencial para promover uma aprendizagem significativa e holística.

10.2. RELAÇÃO ESCOLA – COMUNIDADE

Conhecer o aluno, observar e categorizar as suas necessidades e a partir de constatação minuciosamente planejadas e identificadas nas ações diárias no ambiente escolar, pensar em um planejamento concreto que faça a relação das vivências para o conhecimento de si. Entra em ação as atividades de planejamento e a relação escola-comunidade:

1. Estabelecer períodos para observar o “conhecimento prévio do aluno” (duas semanas, após início do ano letivo). Período de sondagem, realizados por professores regentes, coordenadores e serviços especializados.
2. Reunião por área: aproximar das atividades curriculares professores, equipe pedagógica, construindo propostas interdisciplinares em diferentes níveis; (agendar no calendário momentos para planejar, refletir, analisar e avaliar).
3. Organizar projetos pedagógicos que envolvam todos os segmentos da escola, com a participação da comunidade (planejamento por projetos e atividades de ensino).
4. Reunião geral, para planejar as questões pedagógicas e administrativas.
5. Assistentes de Educação exercer função conforme ficha profissiográfica.

10.3. METODOLOGIA DE ENSINO ADOTADAS

As Metodologias de Ensino adotadas por esta Instituição buscam, a partir de uma ação intencional e planejada, promover uma interlocução entre as atividades escolares e a realidade social, questionando as relações políticas, econômicas, sociais, culturais e históricas, possibilitando a construção de alternativas de mudança e intervenção transformadora nessa realidade.

Assim, a intervenção do professor como orientador e problematizador nas situações de aprendizagem são indispensáveis para construção da autonomia intelectual e moral do aluno. Uma aprendizagem significativa pressupõe a aquisição de valores, ressignificação das relações de aprendizagem, contextualização e a



inter-relação de áreas do conhecimento. Os componentes curriculares, interdisciplinarmente, assumem também o caráter formativo. Sendo assim, o lúdico, a problematização e a dialética perpassam todo o percurso da vida escolar na Educação Especial.

O trabalho realizado contempla a articulação dos conhecimentos escolares de forma a organizar as atividades de ensino e aprendizagem. Isto implica em considerar que tais conhecimentos não se ordenam para sua compreensão de forma rígida, nem em função de algumas referências disciplinares preestabelecidas ou de uma homogeneização dos alunos. Assim, o CEE 01 trabalha na perspectiva sócio interacionista, no qual os sujeitos constroem o conhecimento na relação com o outro. Dessa forma, professor e aluno aprendem numa relação dialética.

10.4. ATUAÇÃO DO SEAA E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A atuação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem - SEAA e a Orientação Educacional – OE, são trabalho independentes, paralelos e intrinsecamente ligados. Esses trabalhos de profissionais compreendidos de Pedagogo, Psicólogo e Orientador Educacional reveste-se de grande importância, complexidade e responsabilidade para colaborar com o desenvolvimento integral do estudante em seu processo de aprendizagem. A inter-relação entre a instituição educacional e o sistema social promove um reflexo mútuo na consecução de ações realizadas entre ambos (LÜCK, 1999 apud PORTO, 2009).

A partir de uma escuta ativa da comunidade escolar e da análise contextual da instituição, é essencial priorizar a proteção dos direitos dos estudantes e o aprimoramento da qualidade da educação. Especial atenção deve ser dada ao período pós-pandemia, quando muitas famílias se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social e carentes de orientação sobre seus direitos como responsáveis por crianças com deficiência e autismo.

Considerando as diversas necessidades apresentadas pelos alunos, que incluem deficiência intelectual/mental, sensorial (auditiva, visual e surdo-cegueira), deficiências múltiplas e físicas, bem como transtornos globais de desenvolvimento (autismo, autismo atípico, transtorno de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger), além de estudantes com altas habilidades/superdotação, é



evidente que orientar as famílias vai além da simples transmissão de informações sobre questões pessoais e familiares.

Nesse contexto, é fundamental oferecer suporte abrangente que englobe não apenas aspectos individuais e familiares, mas também questões sociais que influenciam diretamente o desenvolvimento integral do estudante.

- **Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem – SEAA**

O ponto de partida para o trabalho pedagógico é feito por meio do encaminhamento realizado pelos especialistas que compõem o Serviço Especializado de Apoio a Aprendizagem e direcionado para todas as atividades trabalhadas, bem como a adequação aos outros serviços prestados mediante apresentação de laudo médico.

A avaliação psicopedagógica incluirá ações voltadas para o levantamento do desempenho atual (motor, cognitivo, emocional, social e de linguagem) apresentado pela pessoa avaliada, identificando as potencialidades. O encaminhamento permitirá a organização Político Pedagógica através dos seguintes passos:

1. Inicia-se com a identificação dos estudantes com deficiência, pela Equipe de Apoio Pedagógico, que necessitam da avaliação.
2. Entrevista com a família. Tal entrevista possibilitará o conhecimento do ambiente sociofamiliar da pessoa avaliada, bem como coletar dados sobre sua história de vida e fatores que possam ter atribuído para ocorrência das atuais dificuldades.
3. Avaliação realizada por profissionais especializados: pedagogo, psicólogo, orientador educacional e, quando necessário, o professor regente.
4. Reuniões dos profissionais que atuam e irão atuar com o aluno, nas quais são discutidas as avaliações e a indicação dos apoios necessários.
5. Repasse dos encaminhamentos aos professores, família, coordenador pedagógico.

- **Orientação Educacional – OE**

As ações em rede são atividades realizadas para integrar o trabalho da Orientação Educacional ao dos outros profissionais da unidade escolar e visam também articular parcerias com instituições governamentais e não governamentais que favoreçam os objetivos propostos no Projeto Pedagógico da escola, no Currículo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

da Educação Básica do DF, nas Diretrizes Pedagógicas e de Avaliação do DF, assim como contribuam para a Promoção, Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Para tanto, as estratégias utilizadas buscam favorecer a articulação de Rede Interna e com a Rede de Proteção Social... (página 81 OP).

O Serviço de Orientação Educacional (OE) desta Unidade Escolar desempenha um papel fundamental em parceria com a equipe gestora, os serviços especializados de apoio à aprendizagem, coordenadores, professores e demais auxiliares de educação. Sua atuação abrange a organização pedagógica, o apoio ao desenvolvimento pessoal dos alunos, o envolvimento das famílias e toda a comunidade escolar, através de diálogo e orientação para o melhor desenvolvimento dos estudantes e práticas pedagógicas eficazes.

O trabalho do OE se baseia na construção de uma relação de confiança com a comunidade escolar, buscando parceria com os professores e as famílias para oferecer um melhor suporte aos alunos. Funciona como um espaço de acolhimento, escuta, orientação e acompanhamento dos processos educacionais, atuando em diversos momentos para solucionar dificuldades, prevenir conflitos, fortalecer vínculos e promover novas perspectivas e possibilidades pedagógicas e sociais.

Como especialista em educação e membro do corpo de servidores da escola, cabe ao Orientador Educacional contribuir para a elaboração e implementação do Projeto Pedagógico da escola, participando do planejamento e caracterização da escola e comunidade. Sua participação é crucial para decisões relacionadas ao processo educativo como um todo.

A Orientação Educacional busca garantir que a escola cumpra seu papel de ensinar e educar com base em seu projeto político-pedagógico, promovendo as condições necessárias para a formação da cidadania dos alunos. O orientador atua como um mediador entre a cultura escolar e as necessidades dos alunos, promovendo estratégias para que a realidade da escola seja constantemente reavaliada e adaptada às necessidades do contexto atual.

No Centro de Ensino Especial 01 DE Planaltina – CEE 01, os objetivos específicos do Orientador Educacional incluem integrar as ações de cuidar e educar durante o atendimento à criança e à família na Educação Precoce, acompanhar e avaliar o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, fornecer subsídios teórico-práticos para propostas destinadas ao atendimento à criança e à família, promover



estudos e pesquisas relacionados à família e à criança, compreender a participação da família nos processos de socialização e construção da subjetividade dos alunos, identificar as implicações da dinâmica familiar na educação dos filhos, promover eventos educativos para profissionais da área e comunidade escolar, e realizar projetos como a transição dos alunos para o ensino regular, parcerias com instituições de apoio à pessoa com deficiência, entre outros.

Essas ações visam garantir uma educação inclusiva e de qualidade, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos e sua inserção na sociedade de forma participativa e digna.

10.5. MONITOR

O monitor é um analista de gestão educacional, servidor público concursado, que tem suas atribuições descritas na Portaria Conjunta nº 28, de 2016. A função desses profissionais é executar, sob orientação de equipe escolar, atividades de estímulo, cuidado e higiene dos alunos com necessidades educacionais especiais.

10.6. ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR: EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO

O Programa Educador Social Voluntário – ESV tem como objetivo oferecer auxílio e melhorar o atendimento nas unidades de educação especial, com funções definidas em portaria própria publicada anualmente pela Secretaria de Educação. Os voluntários atuarão no CEE 01 de Planaltina sob orientação da equipe gestora, cumprindo com responsabilidade, pontualidade e assiduidade suas funções como:

Auxiliar os estudantes com necessidades educacionais especiais e/ou deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), no exercício das atividades diárias, no que tange à alimentação, locomoção e higienização, Conforme Portaria nº 45/2024. O candidato poderá atuar em mais de um turno.

10.7. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

A Coordenação Pedagógica, conforme estabelecido no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, representa um espaço dedicado à reflexão sobre os processos pedagógicos de ensino e aprendizagem, bem como à formação



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

continuada. Seu propósito é planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, com o intuito de apoiar a Proposta Política Pedagógica (PPP) do CEE 01 de Planaltina.

Nesse contexto, alinhados com a PPP e demais diretrizes da SEDF, iremos construir de maneira democrática e harmoniosa o Plano de Ação das Atividades de Coordenação Pedagógica para o CEE 01 de Planaltina no ano de 2024. O objetivo desse plano é direcionar, orientar e monitorar as atividades pedagógicas, oferecendo suporte aos professores na implementação do currículo funcional. Buscamos, assim, promover uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço de socialização e desenvolvimento da pessoa com deficiência, preparando-a para uma cidadania plena.

Nossa rotina semanal contempla atividades diversas:

- Nas segundas e sextas-feiras, serão realizadas coordenações pedagógicas fora do ambiente escolar.
- Às quartas-feiras, das 9h às 12h e das 13h às 16h, estão previstas as Coordenações Coletivas e Formação Continuada.
- Nas terças e quintas-feiras, nos mesmos horários, serão realizadas coordenações com professores, coordenadores e gestores, também incluindo momentos de formação contínua.

Além disso, nossa rotina mensal inclui planejamento mensal e avaliação do trabalho pedagógico junto aos professores, coordenadores, especializado e Equipe Gestora.

A coordenação pedagógica auxilia o planejamento escolar, aperfeiçoando a troca de experiências entre o grupo docente, visando crescimento e qualidade do ensino oferecido aos estudantes e do bem-estar comum. Promove ainda a integração escolar, fluxo de interligação entre equipe gestora, coordenadores, corpo docente e discente, pais e responsáveis.

As coordenações pedagógicas ocorrem no turno contrário ao de regência, totalizando 15 (quinze) horas semanais, podendo ser flexibilizadas as datas e horários; conforme necessidade da agenda escolar debatida coletivamente, mas em sua normalidade devendo atender no mínimo à disposição abaixo:

- Nas quartas - coordenação coletiva na Unidade Escolar;



- Nas terças e quintas - Coordenação Pedagógica Individual na Unidade Escolar e formação pedagógica;
- Nas segundas e sextas - Coordenação Pedagógica Individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

A agenda de atividades, propostas pedagógicas, questões de cunho coletivo e demais assuntos de interesse da comunidade escolar são deliberados nas coordenações pedagógicas, preferencialmente às quartas-feiras, salvo haja necessidade de utilizar outro dia e horário pela urgência do assunto. As coordenações pedagógicas visam o desenvolvimento de atividades de maneira integradora e contextualizada, a partir de um tema central escolhido pela comunidade escolar, o que gera uma melhor e maior integração dos segmentos escolares.

Nessa perspectiva, a Coordenação Pedagógica baseia-se em estudos que atendam aos preceitos interdisciplinares e motivacionais, resgatando a autoestima, valorizando ações, respeitando as individualidades, estimulando as potencialidades da comunidade escolar através da conscientização dos educadores para o alcance dos objetivos propostos pelo presente Projeto Político Pedagógico.

10.8. VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação inicial dos profissionais em educação precisa estar amparada pelo trabalho contínuo em sala de aula, por isso a formação continuada assume tamanha importância tanto quanto a inicial.

Ser professor é uma tarefa complexa, exige que o profissional esteja em constantes pesquisas, pois, além do conhecimento da disciplina que ensina, da compreensão e da segurança para mediar o processo de ensino-aprendizagem, está em contato direto com seres humanos que emergem de uma sociedade diversificada e com características próprias individuais, que precisam ser consideradas durante o trabalho do professor. Nesse sentido, o CEE 01 além de mostrar a relevância da formação continuada, como oportunidade de avançar na qualidade da educação brasileira, recorre metodologicamente e sistematicamente à formação continuada, pois permite o fazer processual e contínuo no aprender desta carreira profissional.

Muito mais do que índices de avanços na educação, a competência docente faz-se necessária e fundamental no processo de ensino e aprendizagem, a fim de



diminuir o descompasso entre a formação do profissional e as exigências do mundo moderno, no qual o ambiente escolar está inserido e exige para que a educação possa se tornar um espaço de reais aprendizagens.

Esta unidade escolar oferece palestras, rodas de conversas e ações dinâmicas a comunidade escolar, a fim de promover esclarecimentos e formação, tanto aos alunos, dentro da perspectiva de educação especial, quanto aos pais, professores e demais funcionários; buscando está atento as necessidades e especificidades de cada segmento e assim, buscando palestrantes com temas que possibilitem maior interação da comunidade escolar, aproveitamento para desenvolvimento da prática pedagógica, motivação, transição de conhecimentos e aperfeiçoamento.

10.9. PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DOS ESTUDANTES

Para a Educação Especial de qualidade o CEE 01 pretende garantir a plena aprendizagem e o total acesso a todas os estudantes. Independentemente da situação socioeconômica, do local de nascimento, do gênero e da deficiência. Um ensino de qualidade é, em suma, para todos.

Quando o enfoque é positivo, propositivo, de reconhecimento e fortalecimento das boas práticas, significa que foi colocado o foco na permanência e êxito de forma a assumir a função social da instituição, que é consolidar o direito à educação e promover a aprendizagem de todos os estudantes.

A Educação no Brasil precisa ser voltada para a Inclusão. Talvez o principal desafio que ela encontra seja a despreparação da comunidade escolar para lidar com a inclusão. Isso acontece porque não possuímos uma educação ou metodologia voltada realmente para a inclusão, por conta disso o contra fluxo é tão real nos Centros de Ensino.

Para a permanência e êxito dos estudantes é necessário as ações de intervenção pedagógica, elas são indicadas para situações em que os estudantes apresentem dificuldades de aprendizagem. As ações devem acontecer a partir do momento em que o professor identifica a dificuldade, evitando que o problema seja amplificado e comprometa o desenvolvimento do aluno. Algumas ações são importantes destacar:



1. Conheça o aluno integralmente. Para conhecer cada aluno integralmente, a escola deve ter acesso ao histórico de vida, contexto social, preferências e habilidades.
2. Estabeleça relações entre os conteúdos ensinados e a realidade dos alunos. Plano interventivo individual bimestral – PIBI – é utilizado para definir o atendimento específico para cada estudante.
3. Investimento na qualificação profissional por meio de estudo direcionados nas coordenações individuais na escola.
4. O professor além de apostar no uso de ferramentas tecnológicas, deve estabelecer as relações entre os conteúdos ensinados e a realidade dos estudantes, proponha desafios e questionamentos dentro de uma abordagem que atende as necessidades do educando, elabore um sistema de aprendizado dinâmico e ser paciente com o ritmo de aprendizagem de cada estudantes.

10.10. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

As ações de intervenção pedagógica são indicadas para situações em que os estudantes apresentem dificuldades de aprendizagem. As ações devem acontecer a partir do momento em que o professor identifica a dificuldade, evitando que o problema seja amplificado e comprometa o desenvolvimento do aluno.

É preciso fazer diagnósticos ou sondagens e ajustar o planejamento de acordo com as necessidades de cada estudante. Antes da pandemia já era essa a orientação, mas o que muda agora é a flexibilização necessária do planejamento devido às perdas ou ausências causadas pela pandemia. A recuperação da aprendizagem acontece no contexto comum de retorno às aulas. Ela tem o objetivo de avaliar os conhecimentos consolidados do ano anterior para definir cronograma e currículo do novo ano letivo.

Desenvolver conteúdos personalizados para cada estudante com certeza é a melhor das propostas para a recomposição de aprendizagem. Isso porque cada estudante apresenta um ritmo diferente e dificuldades específicas.

A recomposição tem que ser a grande proposta das secretarias e engloba tópicos como avaliação, currículo, formação continuada e acompanhamento pedagógico. É preciso olhar para tudo: habilidades não consolidadas e o que foi ou



não oferecido no período pandêmico. O foco deve estar na reconstituição, a reorganização e a reconstrução das aprendizagens. Isso significa desenvolver ações que foquem o desenvolvimento das habilidades essenciais que foram prejudicadas, mas que são fundamentais para a continuidade do caminhar pedagógico dos estudantes.

10.11. IMPLEMENTAÇÃO DA CULTURA DE PAZ

Consta no terceiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Garantir estes direitos significa promover uma transformação: de uma cultura de violência para uma cultura de paz. E essa transformação precisa permear todas as relações, em todos os lugares.

Uma cultura de paz não presume a ausência dos conflitos, e, sim, a prevenção e a resolução não violenta deles. Ela é baseada em valores como a tolerância e a solidariedade e tem o diálogo, a negociação e a mediação como pilares para resolver problemas. Não é um ponto ao qual chegamos e nos acomodamos. A cultura de paz é um processo constante e cotidiano, que demanda da humanidade esforço de promoção e de manutenção.

São oito pilares da Cultura da paz: educação para a paz; desenvolvimento econômico e social sustentável; respeito por todos os direitos humanos; igualdade entre homens e mulheres; participação democrática; compreensão, tolerância e solidariedade; comunicação participativa e livre circulação da informação, paz e segurança.

Esse esforço de promoção e de manutenção nos desperta para a impossibilidade de haver desenvolvimento sustentável sem paz. O foco está na promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, pois a violência, em todas as suas formas, tem um impacto nocivo para as sociedades. Os direitos humanos podem ser violados tanto com a exclusão como com a discriminação, como podem causar ressentimentos e animosidade, podendo dar chance ao crescimento de violências.

São enormes os desafios para que consigamos construir uma cultura de paz, o CEE com o intuito de ser uma instituição eficaz e sabedora da importância de ações que possam garantir acesso à justiça para todas as pessoas e acesso à cidadania como ações de parcerias com órgãos públicos e privados que facilitam



aos estudantes emissão de documentos básico, compartilhar nas despesas escolares de alunos integrados em agregados familiares com poucos recursos socioeconômicos, fazem parte de uma medida pública de combate à exclusão social e ao abandono escolar, sendo facilitadores para a Cultura da paz; procura promover no decorrer do ano letivo Ações Sociais desse porte.

XI – AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

11.1. Avaliação para as aprendizagens

A avaliação do ensino-aprendizagem é para as aprendizagens, para tanto está voltada tanto para o processo de ensino, como para o processo de construção do conhecimento, possibilitando o redimensionamento do planejamento e da prática pedagógica. Nesse sentido, os critérios de avaliação devem ser discutidos com professores, pais e todos os envolvidos no processo oportunizando a reflexão e propondo abordagens e intervenções diferenciadas.

A avaliação é realizada pelo professor constituindo-se na síntese do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem ao longo do semestre. Nesse sentido, a prática da avaliação exige do professor observação atenta às manifestações dos alunos e registro desse processo, realizando reflexão teórica sobre tais manifestações, bem como intervenções adequadas. Para tanto, é fundamental que a avaliação contemple o respeito às diferenças e ao processo de aprendizagem de cada sujeito.

A inclusão de pessoas com deficiência pressupõe a garantia de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas da rede regular de ensino, desses alunos. Propomos nesta meta uma nova maneira de compreendermos as respostas educativas da escola, buscando a efetivação do exercício da docência, acolhendo, assim, a diversidade e respeitando as diferenças específicas dos alunos.

Entendendo como um dos princípios da educação inclusiva que “O direito a igualdade de oportunidades, que defendemos enfaticamente, não significa um modo igual de educar a todos, e sim, dar a cada um o que necessita em função de seus interesses e características individuais (CARVALHO, 2004, p.35)”.

A concepção avaliativa se dá em um processo mais amplo e abrange todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos nele



envolvidos. Ao avaliar deve-se ter em mente o processo com um todo, bem como aquele a quem se está avaliando. A escola proporcionará momentos de estudos e discussão deste tema, observando a LDB 9394/96 com as respectivas mudanças na avaliação. A avaliação deve permear todas as atividades da sala de aula: relação professor/aluno; tratamento dos conhecimentos trabalhados, que ajudará na intervenção do professor para construir as mediações necessárias na construção do conhecimento e empenhos dos alunos no processo ensino aprendizagem.

As práticas e estratégias de Avaliação são: avaliação da pessoa com deficiência; Procurar conhecer a pessoa com deficiência; Buscar o comprometimento e participação dos pais no acompanhamento da pessoa com deficiência; Apoiar os professores nas ações pedagógicas por meio da equipe pedagógica; Articular o trabalho pedagógico com a formação profissional; Gerenciar dos recursos financeiros de maneira mais participativa, visando também e primordialmente, as questões pedagógicas; As turmas e grades horárias serão montadas no ano anterior a aplicação. Assim, é preciso que a avaliação seja diagnóstica, processual e mediadora, envolvendo toda a comunidade escolar.

O caráter da avaliação assume a função de um processo abrangente, cuja ênfase deve recair, não só na aprendizagem do/a aluno/a, mas também, e concomitantemente, na organização do ensino e nas relações que se estabelecem em sala de aula. Configura-se, dessa forma, como um processo reflexivo, contínuo e permanente das práticas pedagógicas, cujo objetivo principal é o planejamento e a intervenção. Os Instrumentos Avaliativos de Desenvolvimento serão demonstrados aplicados, com perspectivas de avaliar as cinco áreas de desenvolvimento: motricidade, cognição, linguagem, socialização e autonomia da Pessoa com Deficiência.

11.2. Conselho de Classe

O Conselho de Classe constitui-se em um espaço pedagógico na organização escolar, proporcionando a participação efetiva de todos os professores juntamente com a Orientação Educacional, Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, Coordenadores, Supervisão Pedagógica e Direção visando a reflexão e avaliação da prática pedagógica do/a professor/a bem como a aprendizagem de cada aluno.



De acordo com Dalben (2004, p.31). “[...] Conselho de Classe prevê o lugar garantido, durante a reunião, a todos os professores que desenvolvem o trabalho pedagógico com as turmas de alunos selecionados para avaliação.” Assim, o professor além de apresentar apontamentos acerca do processo de aprendizagem dos alunos, também reflete sobre sua prática pedagógica, redimensionando sua ação na busca constante da qualificação do processo ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva o Conselho de Classe objetiva: Acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos; oportunizar condições de avaliar os Planos de Estudo previstos para cada etapa de formação, bem como de analisar a prática docente; reunir dados que subsidiem o redimensionamento do planejamento; definir encaminhamentos referentes aos/às alunos/as.

11.3. Avaliação institucional da unidade escolar

A Avaliação Institucional objetiva uma constante reflexão, considerando os valores expressos na filosofia da Escola e as reais aspirações e necessidades da comunidade em que está inserida, intervindo qualitativamente no desenvolvimento do processo pedagógico, da gestão e nas relações em todas as dimensões do fazer escolar.

XII - PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

A articulação das metas do Plano Distrital de Educação (PDE-DF) com políticas e programas nacionais é fundamental para garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa. Abaixo, são delineadas as conexões entre o Plano Distrital de Educação (PDE-DF), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Plano Plurianual (PPA), o Projeto Político-Pedagógico (PPP), e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco especial no ODS 4.

O Plano Distrital de Educação (PDE-DF) é um conjunto de diretrizes, metas e estratégias que visam orientar a política educacional do Distrito Federal para um período de dez anos. Ele se alinha com o Plano Nacional de Educação (PNE) e deve ser articulado com outros planos e programas para assegurar sua eficácia.

1. Articulação com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)



O PDE é um marco nacional que visa a melhoria da educação no Brasil. A integração com o PDE pode ser feita através de:

- Formação Continuada de Professores: O PDE-DF pode incluir programas de formação continuada alinhados com as diretrizes do PDE, focando nas necessidades específicas da educação especial.
- Avaliação da Educação: Implementar sistemas de avaliação que considerem os indicadores de qualidade estabelecidos pelo PDE.

2. Articulação com o Plano Plurianual (PPA)

O PPA é um instrumento de planejamento estratégico de médio prazo. A articulação com o PPA pode incluir:

- Alocação de Recursos: Garantir que o PPA contemple recursos específicos para as metas do PDE-DF, especialmente para programas de inclusão e infraestrutura adaptada.
- Monitoramento e Avaliação: Utilizar os mecanismos de monitoramento e avaliação do PPA para acompanhar o cumprimento das metas do PDE-DF.

3. Articulação com o Projeto Político-Pedagógico (PPP)

O PPP é um documento que orienta a prática pedagógica das escolas. A integração do PDE-DF com o PPP pode incluir:

- Inclusão e Acessibilidade: Incorporar as metas do PDE-DF relacionadas à inclusão e acessibilidade no PPP de cada escola, garantindo que as práticas pedagógicas atendam às necessidades de todos os alunos.
- Participação da Comunidade Escolar: Promover a participação ativa de pais, alunos e comunidade na elaboração e revisão do PPP, alinhando-o às metas do PDE-DF.

4. Articulação com o ODS 4

O ODS 4 visa assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A articulação pode incluir:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

- Igualdade de Acesso: Implementar políticas e práticas que garantam o acesso igualitário à educação para todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou circunstâncias.
- Qualidade Educacional: Desenvolver programas que melhorem a qualidade do ensino, especialmente para estudantes com necessidades especiais, alinhando com as metas do ODS 4.
- Ambientes de Aprendizagem Inclusivos: Criar e manter ambientes de aprendizagem seguros, inclusivos e eficazes, conforme estipulado pelo ODS 4.

- Estratégias de Integração e Ação

Para uma efetiva integração das metas do PDE-DF com outras políticas e programas, as seguintes estratégias podem ser adotadas:

- Planejamento Colaborativo: Estabelecer comitês ou grupos de trabalho que incluam representantes de diferentes níveis de governo e da sociedade civil para coordenar as ações do PDE-DF com as políticas nacionais e internacionais.
- Capacitação e Sensibilização: Realizar programas de capacitação para educadores e gestores sobre a importância da educação inclusiva e as metas estabelecidas pelo PDE-DF.
- Utilização de Dados e Indicadores: Desenvolver sistemas integrados de coleta e análise de dados para monitorar o progresso das metas do PDE-DF e ajustar as estratégias conforme necessário.
- Engajamento da Comunidade: Promover o engajamento da comunidade escolar e da sociedade em geral na implementação das metas do PDE-DF, através de campanhas de conscientização e participação ativa nos processos decisórios.

A articulação das metas do Plano Distrital de Educação com o PDE, PPA, PPP e ODS 4 é crucial para construir um sistema educacional inclusivo, equitativo e de qualidade. Essa integração garante que todos os alunos, recebam uma educação que respeite suas capacidades e promova seu desenvolvimento integral.

Os agentes humanos são compostos de vários segmentos, podemos nomear de gestões pedagógicas, gestão de resultados educacionais, gestão participativa, gestão de pessoas, gestão financeira e gestão administrativa que movimentam o



Plano de Ação deste instrumento de trabalho PPP com seus objetivos, metas, ações, responsáveis e cronograma registrados.

12.1. GESTÃO PEDAGÓGICA

Na administração escolar, é crucial distinguir entre gestão escolar e gestão pedagógica. A gestão escolar abrange a administração de recursos e pessoal, enquanto a gestão pedagógica se concentra na condução da educação dos alunos e no apoio aos professores. Ela é responsável pelo desenvolvimento e implementação do currículo, definição de métodos de ensino e estabelecimento de metas educacionais.

Além disso, a gestão pedagógica desempenha um papel vital na promoção de atividades que enriquecem a experiência de aprendizado dos alunos, estimulando a colaboração entre gestores, professores, alunos e comunidade escolar para criar um ambiente educacional inclusivo e dinâmico.

O cumprimento da função social e inclusiva da escola, conforme delineado pelo CEE 01, requer a integração e participação de todos os membros da comunidade escolar, incluindo famílias, estudantes e professores. Isso implica em investimentos em cursos de formação para os profissionais, bem como na adaptação do espaço físico para atender às necessidades educacionais. A escola também deve buscar parcerias eficazes com outras instituições e indivíduos para melhor cumprir suas funções na sociedade.

12.2. GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

A gestão de resultados educacionais é essencial para monitorar e avaliar o desempenho da escola em relação à aprendizagem dos alunos. É um processo contínuo de análise e ajuste para garantir que as metas educacionais sejam alcançadas.

A gestão escolar desempenha um papel fundamental na manutenção do ambiente educacional, assegurando que todas as operações ocorram de forma integrada e coordenada. Além disso, visa atender às necessidades e expectativas da comunidade escolar, identificando e solucionando quaisquer obstáculos que possam surgir.



O ponto de partida para o planejamento educacional, como adotado pelo CEE 01, é a Semana Pedagógica, realizada no início do ano letivo. Na ocasião é realizada avaliação, que identifica as dificuldades específicas dos alunos, suas peculiaridades e necessidades de aprendizagem, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias e planos de ação pelos coordenadores, pedagogos e professores.

O planejamento escolar é uma ferramenta fundamental para medir o progresso dos alunos ao longo do tempo, utilizando metas e propostas estabelecidas anteriormente como referência. Isso permite uma avaliação precisa do desempenho dos alunos em períodos específicos, como semestres, trimestres ou anos letivos.

Para garantir a qualidade do ensino, utilizamos indicadores como a avaliação contínua e melhoria do projeto pedagógico da escola, a análise e divulgação dos resultados obtidos, a satisfação da comunidade escolar e a transparência dos resultados.

Nosso compromisso principal é promover a execução do Currículo Funcional, visando alcançar uma aprendizagem pra vida do dia a dia e garantir uma formação completa e de qualidade para nossos alunos. Avaliamos constantemente o trabalho da escola e buscamos otimizar nossas práticas para desenvolver as habilidades necessárias para o sucesso acadêmico e pessoal dos estudantes.

Utilizamos uma variedade de métodos de avaliação, incluindo avaliações formais (diagnósticas, somativas, cumulativas, comparativas, formativas, simulados, trabalhos, entre outros) e avaliações informais baseadas em observação, registro de atividades e diálogo com a comunidade escolar, adaptando-nos ao nosso Currículo estipulado pela SEEDF.

12.3. GESTÃO PARTICIPATIVA E CONSELHO ESCOLAR

Quanto ao Conselho Escolar, ele representa o órgão máximo para a tomada de decisões no CEE 01 de Planaltina. Composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, como alunos, professores, pais ou responsáveis, funcionários, pedagogos, diretores e membros da comunidade externa, o Conselho desempenha um papel fundamental na governança da escola e na promoção de uma gestão participativa e democrática.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

A gestão participativa é uma abordagem que descentraliza os processos de tomada de decisão, concedendo maior autonomia e agilidade aos procedimentos. Por meio dela, os recursos necessários e o tempo destinado a cada processo podem ser reduzidos de forma significativa.

Este modelo de liderança administrativa se fundamenta na confiança, colaboração e liberdade. Na gestão participativa, profissionais de diferentes níveis hierárquicos colaboram em conjunto, permitindo que todos participem ativamente das decisões. Além disso, ela possibilita que a sociedade exerça seu direito à informação e à participação, elementos essenciais para a consolidação da democracia. A democratização da gestão educacional requer, acima de tudo, a participação da sociedade no processo de formulação e avaliação das políticas educacionais, bem como na fiscalização de sua implementação, por meio de mecanismos institucionais.

No contexto do CEE 01, a gestão participativa é vista como uma ferramenta para promover maior engajamento dos profissionais na democratização da gestão escolar. A literatura especializada destaca o impacto positivo da democratização da educação no planejamento e na tomada de decisões do dia a dia. Dessa forma, ao centrar o foco na escola e no aluno e ao possibilitar maior autonomia, a gestão participativa tende a aumentar as chances de sucesso da instituição.

Além disso, a gestão participativa amplia os espaços para incorporar a criatividade e a solidariedade da comunidade escolar e local. Essa prática estimula o surgimento de iniciativas e programas a partir do diálogo, das críticas e da reflexão, em resposta às necessidades da escola e da sociedade. A descentralização e a autonomia proporcionam à escola o poder de liderar iniciativas que a aproximem do contexto sociocultural da comunidade, reduzindo controles burocráticos desnecessários que podem desperdiçar tempo.

Entretanto, para que a descentralização e a autonomia sejam efetivas, é fundamental que as autoridades dos níveis superiores respeitem o poder descentralizado transferido oficialmente para as unidades escolares. A prática da gestão colegiada, resultante da descentralização e autonomia, garante uma integração dinâmica do sistema escolar na sociedade, eliminando disfunções burocráticas e promovendo relações de colegialidade.



A gestão democrática pressupõe a descentralização do poder para a instância da unidade escolar, eliminando intermediários desnecessários. A comunicação direta com as escolas parte do pressuposto de que a escola é o centro da educação e, portanto, deve tornar-se o polo irradiador da cultura, reproduzindo-a e elaborando-a. A autonomia implica que cada escola tenha poder para escolher e elaborar seu próprio projeto educativo. A avaliação permanente do desempenho escolar deve se tornar parte essencial do projeto educativo para adquirir um sentido emancipatório.

No CEE 01, promovemos um engajamento construtivo, proporcionando espaço para que estudantes e professores possam influenciar mudanças, e aspiramos a ser uma escola ética e democrática, onde a justiça prevalece, a equidade é cultivada e a integridade é a força motriz. Encorajamos a plena participação de pais, alunos e comunidade, promovendo inclusão e distribuição equitativa de recursos, enquanto utilizamos a comunicação de forma estratégica para promover uma visão compartilhada e integrar a comunidade escolar com a comunidade local.

É importante lembrar que a educação é um processo coletivo que envolve não apenas a escola, mas também os pais e a comunidade em geral. A coordenação eficaz desses elementos é essencial, e o colegiado da escola serve como o espaço onde pais e educadores se reúnem para definir os rumos do processo educacional. A comunicação entre a equipe escolar, os pais, os alunos e suas famílias é fundamental para estabelecer uma prática escolar participativa e construir um Projeto Político Pedagógico que reflita as necessidades e expectativas de todos os envolvidos.

Assim sendo, é correto afirmar que o Conselho Escolar representa o órgão máximo para a tomada de decisões no CEE 01 de Planaltina. Composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, como alunos, professores, pais ou responsáveis, funcionários, pedagogos, diretores e membros da comunidade externa, o Conselho desempenha um papel fundamental na governança da escola e na promoção de uma gestão participativa e democrática.

12.4. GESTÃO DE PESSOAS

Na gestão de pessoas, reconhecemos a importância de cultivar um ambiente de trabalho saudável e inspirador, onde os colaboradores se sintam valorizados e



motivados. Isso implica investir em desenvolvimento profissional, promover o bem-estar físico e mental, e cultivar uma cultura organizacional fundamentada em princípios éticos e respeito mútuo. Gerir pessoas em uma instituição educacional requer sensibilidade para compreender a subjetividade e as necessidades individuais, adaptando-se ao contexto da instituição para estimular o crescimento pessoal e profissional de todos os envolvidos.

Aqui estão algumas premissas que adotamos para promover uma gestão de pessoas eficaz e engajadora:

- **Programas de Desenvolvimento Profissional:**

Oferecemos treinamentos, workshops e cursos para capacitar os funcionários em diversas áreas, como metodologias de ensino, uso de tecnologia na educação e gestão de sala de aula.

- **Incentivos ao Bem-Estar:**

Implementamos programas de promoção da saúde física e mental, como atividades físicas.

- **Reconhecimento e Incentivos:**

Estabelecemos programas de reconhecimento e recompensas para valorizar o trabalho árduo e os resultados alcançados pelos servidores do CEE 01 de Planaltina.

- **Comunicação Transparente:**

Mantemos canais de comunicação abertos e transparentes para que os servidores possam expressar suas preocupações, sugestões e ideias, promovendo um ambiente de confiança e colaboração.

- **Políticas de Diversidade e Inclusão:**

Implementamos políticas e projetos para promover a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho, garantindo que todos os funcionários se sintam respeitados e valorizados, independentemente de sua origem, gênero, raça ou orientação sexual.



- **Avaliação de Desempenho e Feedback:**

Realizamos avaliações periódicas de desempenho e fornecemos feedback construtivo para auxiliar os servidores a identificarem áreas de melhoria e desenvolvimento contínuo.

- **Programas de Mentoria e acolhimento:**

Estabelecemos programas de mentoria e acolhimento onde funcionários mais experientes orientam e apoiam aqueles que estão começando suas carreiras na educação.

Essas são algumas das estratégias que adotamos para promover uma gestão de pessoas eficaz e engajadora em nossa instituição educacional.

12.5. GESTÃO FINANCEIRA

Na gestão financeira, nosso propósito é impulsionar a eficiência na utilização dos recursos, assegurando sua consonância com os objetivos pedagógicos da escola. Trabalhamos em estreita colaboração com o Conselho Escolar e outras instâncias para administrar os recursos de maneira transparente e responsável, sempre visando o benefício da comunidade escolar. A prestação de contas é uma parte fundamental desse processo, garantindo a transparência e o uso adequado dos recursos disponíveis, seguindo as diretrizes abaixo:

1. Orçamento Disponível:

- Elaboração de um orçamento anual detalhado, compatível com o disponível, considerando despesas fixas e variáveis, como folha de pagamento, materiais pedagógicos adaptados e equipamentos especializados.
- Alocação de recursos para programas de inclusão, capacitação de professores e aquisição de tecnologias assistivas.

2. Controle de Despesas:

- Monitoramento regular das despesas em relação ao orçamento planejado.
- Identificação e revisão de áreas de gastos excessivos ou desnecessários.
- Negociação com fornecedores visando condições mais favoráveis.
- Busca de doações e parcerias.



3. Captação de Recursos:

- Busca por parcerias e doações de empresas, instituições e organizações filantrópicas.
- Realização de eventos beneficentes e campanhas de arrecadação de fundos.

4. Transparência e Prestação de Contas:

- Manutenção de registros contábeis transparentes e elaboração de relatórios financeiros regulares.
- Disponibilização de informações sobre o uso dos recursos para os órgãos reguladores, conselhos escolares, pais e comunidade.

5. Planejamento Financeiro de Longo Prazo:

- Desenvolvimento de um plano financeiro para garantir a sustentabilidade da escola e atender às necessidades dos alunos com deficiência.
- Consideração de investimentos em infraestrutura, tecnologia e capacitação de pessoal.

6. Acompanhamento e Avaliação:

- Avaliação periódica do desempenho financeiro em relação às metas estabelecidas.
- Identificação de oportunidades de melhoria e ajustes necessários no planejamento financeiro.
- Envolvimento da comunidade escolar no processo de acompanhamento e avaliação financeira.

7. Meta:

- Uma gestão financeira eficaz e transparente é essencial para garantir o sucesso educacional e o bem-estar dos alunos do CEE 01 de Planaltina.

12.6. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Na gestão administrativa, nossa prioridade é manter as instalações físicas organizadas e bem conservadas, proporcionando um ambiente seguro e propício ao aprendizado. Isso envolve o acompanhamento regular das estruturas prediais,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

hidráulicas e elétricas, além da manutenção do patrimônio móvel da escola. Nosso objetivo é assegurar que todos os recursos sejam empregados de maneira eficaz para apoiar o processo educacional e promover o bem-estar da comunidade escolar. Para isso, os investimentos são submetidos à aprovação do Conselho Escolar e administrados pela APM CEE 01 de Planaltina, com foco nos itens a seguir:

- Implementação de um sistema de manutenção preventiva:
Criar um programa de manutenção regular para inspecionar e reparar instalações prediais, equipamentos e mobiliário antes que ocorram falhas. Isso ajuda a evitar problemas graves e prolonga a vida útil dos ativos da escola.
- Melhoria da segurança nas instalações:
Instalar sistemas de segurança adequados, como câmeras de vigilância, alarmes de incêndio e controles de acesso, garantindo um ambiente seguro.
- Gestão eficiente de recursos:
Implementar práticas de uso eficiente de recursos, como economia de energia, água e materiais de escritório. Isso pode incluir a adoção de tecnologias mais eficientes e a conscientização da comunidade escolar sobre a importância da conservação.
- Desenvolvimento de parcerias com fornecedores:
Estabelecer parcerias com fornecedores confiáveis para garantir o fornecimento regular de materiais e serviços necessários à escola. Isso pode resultar em melhores preços, prazos de entrega mais rápidos e um relacionamento mais sólido com os fornecedores.
- Implementação de um sistema de gestão de ativos:
Utilizar um sistema de gestão de ativos para acompanhar e gerenciar todos os ativos da escola, desde equipamentos de laboratório até computadores e móveis. Isso ajuda a evitar perdas, identificar itens obsoletos e otimizar os investimentos em ativos.



- Envolvimento da comunidade escolar:
Promover a participação ativa dos pais, alunos e funcionários na gestão administrativa da escola, por meio de comitês ou grupos de trabalho. Isso pode incluir a realização de reuniões regulares para discutir questões administrativas e solicitar feedback sobre melhorias potenciais.

XIII - PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS

13.1. PROJETO PARALÍMPICO BASQUETEBOL EM CADEIRA DE RODAS

O projeto **AEE-EF BCR** é realizado no Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina desde 2011, sendo mais uma opção no ATENDIMENTO COMPLEMENTAR e, com apoio e parcerias de entidades governamentais e não governamentais, o projeto é ofertado no diurno e noturno. Conforme preconizado no Art. 4º, Incisos I, II e III e Parágrafo Único da Lei 6.180/07, por meio da prática paradesportiva, é possível desenvolver a integração social e cidadania das pessoas com deficiência, e nesse sentido, o Basquetebol em Cadeira de Rodas tem caráter participativo e de rendimento.

É importante informar que no ano de 2011, após tomar conhecimento do projeto, o GDF, por meio de doação de Cadeiras Esportivas, deu suporte e apoio ao Atendimento de Basquetebol em Cadeira de Rodas desta I.E., em fevereiro de 2013, o Secretário de Educação na intenção de formalizar o atendimento, encaminhou o projeto para SUBEB por meio do **REG 60654/2013** constando parecer favorável, e em 2015 o GDF reconhecendo a importância do projeto para o Distrito Federal, fez doações de cadeiras esportivas competitivas de Basquetebol em Cadeira de Rodas, propiciando aos alunos do CEE 01 de Planaltina competirem em condições de igualdade com Equipes de outros estados em eventos oficiais da Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas - CBBC e eventos do Comitê Paralímpico Brasileiro CPB.

A função deste Núcleo de Atendimento será a de identificar e desenvolver talentos na cultura corporativa, paradesportiva e, concomitantemente analisar o desenvolvimento das potencialidades dos envolvidos e atendidos pelo projeto, visando uma melhor qualidade de vida e efetiva participação social. O projeto é destinado às Pessoas com Deficiência, matriculadas na Rede Pública e oriunda da Comunidade. É ofertado no Diurno em caráter Educacional e Social e no Turno



Noturno é ofertado em Caráter de rendimento, inclusive com equipe representando o Distrito Federal em eventos Distrital, Regional, Nacional e Internacional e faz parte dos Projetos Específicos da Unidade Escolar, CEE 01 de Planaltina.

13.2. Atendimento Educacional Especializado de Educação Física – AEE-EF

O Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina oferece educação física inclusiva e treinamentos paralímpicos.

As atividades incluem:

- Esportes coletivos (futebol, voleibol, basquetebol, etc.);
- Pedagogia da água;
- Recreação e lazer, jogos (xadrez, dominó, dama);
- Educação física funcional, orientação e mobilidade.

Função do AEE-EF:

O núcleo tem como objetivo identificar e desenvolver talentos na cultura corporativa e paradesportiva, analisando o desenvolvimento das potencialidades dos participantes para melhorar a qualidade de vida e promover a participação social. Destinado a pessoas com deficiência, matriculadas na rede pública e da comunidade.

Implantação do AEE-EF:

O projeto, em funcionamento desde 2013, é voltado para alunos da educação especial do CEE 01 e alunos da inclusão no ensino regular. Professores podem trabalhar em regime de 20 mais 20 horas ou em regime de Jornada Ampliada.

Ações Pedagógicas:

O professor deve considerar as características e necessidades dos alunos, promovendo a inclusão social através de atividades que estimulem habilidades básicas e específicas, afetivas, sociais, psicomotoras, lazer, cultura, desenvolvimento funcional e treinamento paradesportivo.

O projeto busca a inclusão social de pessoas com deficiência, conforme o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limites, e



as diretrizes do DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 e em consonância com o PDE-DF.

13.3. CID-PARALÍMPICO

Centro de Iniciação Desportiva Paralímpico (CIDP), tem como objetivo democratizar o acesso ao esporte para os estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal com a oferta de práticas sistemáticas e orientadas por professor de Educação Física da Secretaria de Estado de Educação, voltadas para a iniciação, o aperfeiçoamento e a participação em competições, como meio de educação consciente, construtiva, socializadora, permanente e transformadora.

Atividades ofertadas:

- Atletismo Adaptado
- Futebol de 5
- Goalball
- Parabadminton
- Basquetebol em Cadeira de Rodas
- Futebol PC
- Judô
- Tênis de Mesa
- Bocha
- Futsal
- Natação
- Tênis em Cadeira de Rodas
- Vôlei Sentado

13.4. Projeto: Oficina de Alimentação Saudável para Pessoa com Deficiência

Objetivo:

Promover a conscientização e prática de hábitos alimentares saudáveis entre pessoas com deficiência, adaptando as técnicas e informações nutricionais para atender às suas necessidades específicas.



Atividades:

- Avaliação de necessidades: Realizar uma pesquisa inicial para entender as necessidades e preferências alimentares da comunidade de pessoas com deficiência, identificando quais adaptações são necessárias para tornar as oficinas acessíveis a todos.
- Palestras educativas adaptadas: Desenvolver palestras educativas adaptadas, considerando diferentes formas de comunicação (por exemplo, linguagem de sinais, materiais visuais, etc.), e abordando questões específicas relacionadas à alimentação e saúde para pessoas com deficiência.
- Oficinas práticas adaptadas: Adaptar as oficinas práticas de preparação de refeições saudáveis para garantir a acessibilidade a pessoas com diferentes tipos de deficiência, fornecendo equipamentos e utensílios adaptados, instruções claras e assistência individualizada, se necessário.
- Sessões de degustação sensoriais: Realizar sessões de degustação sensoriais para explorar texturas, aromas e sabores de alimentos saudáveis, adaptando as atividades para atender às necessidades sensoriais específicas dos participantes.
- Sessões de discussão inclusivas: Facilitar sessões de discussão inclusivas, criando um ambiente acolhedor e acessível para que os participantes compartilhem experiências, desafios e estratégias relacionadas à alimentação saudável.

Recursos necessários:

- Espaço acessível para as oficinas e palestras.
- Equipamentos e utensílios de cozinha adaptados.
- Materiais educativos adaptados (como materiais em Braille, recursos visuais acessíveis, etc.).
- Ingredientes para as oficinas práticas.
- Intérpretes de linguagem de sinais, se necessário.
- Assistência pessoal para participantes que precisem de apoio adicional.



Avaliação:

- Realização de questionários pré e pós-evento adaptados para garantir a inclusão de todos os participantes.
- Observação do engajamento e participação dos participantes com deficiência durante as atividades.
- Feedback específico sobre a acessibilidade e eficácia das adaptações realizadas.

Parcerias:

Estabelecer parcerias com organizações que atuam com pessoas com deficiência, profissionais de saúde especializados, e especialistas em acessibilidade para garantir a qualidade e relevância do projeto.

13.5. Projeto: Oficina da Pedagogia da Água para Alunos Especiais

1. Introdução

A Oficina da Pedagogia da Água é um projeto voltado para alunos especiais, com foco em proporcionar atividades de hidroterapia. O objetivo principal é promover o bem-estar físico, emocional e social dos participantes, utilizando a água como meio terapêutico e pedagógico.

2. Objetivos

Geral:

Promover a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos especiais através de Atividades no meio líquido.

Específicos:

- Melhorar a coordenação motora e a força muscular.
- Reduzir tensões musculares e promover o relaxamento.
- Estimular a socialização e o trabalho em equipe.
- Desenvolver habilidades de comunicação e expressão.
- Incentivar a autonomia e a confiança.

3. Público-Alvo



Alunos especiais de escolas regulares e instituições especializadas, com diferentes tipos de necessidades, incluindo deficiências físicas, intelectuais, sensoriais e transtornos do espectro autista.

4. Metodologia

Avaliação Inicial:

Cada aluno passará por uma avaliação multidisciplinar (fisioterapeuta, educador físico, psicólogo) para identificar suas necessidades e capacidades.

Planejamento Personalizado:

Com base na avaliação, será elaborado um plano de atividades individualizado.

Sessões de Atendimento Pedagógico:

As sessões serão conduzidas em uma piscina adaptada, com profissionais capacitados. Serão realizadas atividades como jogos aquáticos, exercícios de mobilidade, alongamentos e atividades lúdicas.

Monitoramento e Avaliação:

O progresso dos alunos será monitorado continuamente e ajustado conforme necessário.

5. Recursos Necessários

Espaço Físico:

Piscina aquecida e adaptada para pessoas com deficiência, com rampas de acesso e barras de apoio.

Materiais:

Flutuadores, bolas, pranchas de natação, coletes salva-vidas, brinquedos aquáticos.

Equipe:

Professor de Educação Física e Educador Social Voluntário.

Parcerias:

Escolas, instituições de ensino especial, ONGs, e órgãos de saúde e educação.



6. Execução:

- Reuniões com a equipe multidisciplinar.
- Seleção e avaliação dos alunos.
- Adaptação e preparação da piscina.
- Treinamento dos profissionais.
- Realização das sessões de Atendimentos duas vezes por semana.
- Monitoramento contínuo do progresso dos alunos.
- Reavaliações periódicas e ajustes no plano de atividades.

13.6. Projeto: Oficina Viver é uma Dança para Alunos Especiais

1. Justificativa

A dança é uma forma de expressão que transcende barreiras físicas e emocionais, promovendo a integração social, o bem-estar físico e o desenvolvimento cognitivo.

Este projeto visa oferecer uma oficina de dança adaptada para alunos especiais, reconhecendo suas capacidades e potencialidades. A inclusão por meio da dança pode contribuir significativamente para a autoestima, a coordenação motora, a socialização e a expressão individual dos participantes.

2. Objetivos

Objetivo Geral:

Promover a inclusão e o desenvolvimento integral de alunos especiais através de oficinas de dança adaptada.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver a coordenação motora e a expressão corporal dos participantes.
- Estimular a socialização e a interação entre os alunos.
- Aumentar a autoestima e a confiança dos alunos.
- Proporcionar um ambiente inclusivo e acolhedor.
- Adaptar técnicas de dança para atender às necessidades específicas de cada aluno.

3. Público-Alvo



Alunos especiais matriculados em Escolas Públicas do DF e alunos do CEE 01 de Planaltina.

4. Metodologia

Planejamento e Parcerias:

- Identificação de profissionais qualificados (professores de dança, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas).
- Estabelecimento de parcerias com escolas e instituições especializadas.
- Criação de um cronograma de atividades e definição de locais para a realização das oficinas.

Capacitação da Equipe:

Treinamento específico para os profissionais envolvidos, abordando técnicas de dança adaptada e estratégias de inclusão.

Desenvolvimento das Oficinas:

- Avaliação inicial dos alunos para identificar necessidades e adaptar as atividades.
- Sessões de dança semanais com duração de 60 minutos, divididas em aquecimento, atividades principais e alongamento.
- Utilização de diferentes estilos de dança (balé, dança contemporânea, danças populares) adaptados às capacidades dos alunos.
- Inclusão de atividades lúdicas e uso de materiais de apoio (fitas, bolas, aros).

Avaliação e Feedback:

- Monitoramento contínuo do progresso dos alunos.
- Reuniões periódicas com pais e responsáveis para discutir o desenvolvimento dos participantes.
- Ajustes nas atividades conforme necessário, com base no feedback dos alunos e da equipe.

5. Recursos Necessários

- Professores da SEDF.
- Sala ampla com piso adequado.
- Espelhos e barras de apoio.



- Equipamentos de som.
- Materiais de apoio (fitas, bolas, aros, colchonetes).

6. Cronograma

Execução ao longo do ano letivo

7. Avaliação de Resultados

- Número de participantes atendidos.
- Melhorias observadas na coordenação motora e na expressão corporal dos alunos.
- Feedback positivo de pais, alunos e equipe.
- Nível de engajamento e satisfação dos participantes.
- Relatórios mensais dos profissionais envolvidos.
- Observações diretas durante as sessões.

8. Considerações Finais

A oficina "Viver é uma Dança" visa não apenas a inclusão, mas a valorização das capacidades únicas de cada aluno, proporcionando uma experiência enriquecedora e transformadora.

Acreditamos que a dança, quando adaptada com sensibilidade e profissionalismo, pode abrir novos horizontes e contribuir para um futuro mais inclusivo e pleno para todos os participantes.

13.7. Projeto: Oficina da Panificação para Alunos Especiais

1. Introdução

A "Oficina da Panificação para Alunos com Deficiência Intelectual" é um projeto educacional inclusivo que visa oferecer aos alunos com necessidades especiais uma oportunidade de aprendizagem prática na área da panificação.

Este projeto busca desenvolver habilidades técnicas, sociais e cognitivas dos participantes, promovendo a autonomia e a inclusão no ambiente escolar e na comunidade.

2. Objetivos



Objetivo Geral:

Proporcionar aos alunos especiais uma experiência prática e inclusiva no campo da panificação, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e social.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver habilidades motoras finas e grossas através das atividades de panificação.
- Incentivar a criatividade e a expressão pessoal dos alunos.
- Promover a socialização e o trabalho em equipe.
- Estimular a autonomia e a independência dos participantes.
- Facilitar a compreensão de conceitos matemáticos e científicos aplicados na panificação.

3. Justificativa

A panificação é uma atividade que envolve diversas habilidades motoras e cognitivas, sendo uma excelente ferramenta pedagógica para alunos com necessidades especiais. Através desta oficina, os alunos terão a oportunidade de aprender de forma prática e interativa, o que pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem e promover maior engajamento. Além disso, a atividade pode contribuir para a inclusão social, ao permitir que os alunos participem de uma atividade comum, ampliando seus horizontes e possibilidades futuras.

4. Metodologia

- Reuniões com a equipe pedagógica para definir o cronograma e os objetivos específicos de cada aula.
- Adaptação das receitas e materiais didáticos para atender às necessidades dos alunos.

Execução das Atividades:

- Aulas semanais de panificação, com duração de 5 horas.
- Atividades práticas, onde os alunos participarão de todas as etapas da produção de pães e outros produtos de panificação.



- Integração de conteúdos teóricos de forma lúdica, relacionando as etapas da panificação com conceitos de matemática (medidas, proporções), ciências (reações químicas) e higiene alimentar.

Avaliação:

- Avaliação contínua dos alunos, observando o desenvolvimento das habilidades e a participação nas atividades.
- Feedbacks regulares aos pais e responsáveis, através de relatórios e reuniões periódicas.

Conclusão de Produção:

- Exposição dos produtos confeccionados pelos alunos.
- Evento de degustação com a participação da comunidade escolar, para promover a integração e a valorização do trabalho dos alunos.

5. Recursos Necessários

- Professores especializados em educação especial
- Materiais:
- Equipamentos de panificação (fornos, batedeiras, utensílios)
- Ingredientes para as receitas (farinha, fermento, ovos, etc.)
- Materiais didáticos adaptados (livros, fichas de receitas, etc.)
- EPI (Equipamentos de Proteção Individual) para os alunos e equipe.

6. Avaliação do Projeto

A avaliação será contínua, utilizando ferramentas como:

- Observação direta
- Relatórios de progresso dos alunos
- Feedback dos pais e responsáveis
- Análise dos produtos confeccionados
- Questionários de satisfação

7. Considerações Finais



A "Oficina da Panificação para Alunos Especiais" é um projeto que visa proporcionar uma experiência educativa rica e inclusiva, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos. Através da panificação, espera-se promover habilidades importantes que irão beneficiar os participantes não apenas no ambiente escolar, mas em suas vidas futuras.

13.8. Projeto: Oficina Horta para Turma Permanente de Alunos Especiais

Objetivo do Projeto

Promover a inclusão social e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e sociais dos alunos com deficiência intelectual (DI) e transtorno do espectro autista (TEA) através da criação e manutenção de uma horta escolar. Este projeto visa proporcionar uma experiência prática e sensorial, além de estimular a responsabilidade, o trabalho em equipe e o contato com a natureza.

Justificativa

A prática de horticultura oferece uma série de benefícios educacionais e terapêuticos, especialmente para alunos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista. A interação com a natureza e o cuidado com as plantas pode melhorar a concentração, diminuir o estresse e promover um senso de realização e autoestima. Além disso, a horta pode ser um espaço para aprendizado interdisciplinar, abrangendo temas como ciências, matemática e alimentação saudável.

Público-Alvo

Alunos matriculados no CEE 01 de Planaltina, que tenha o perfil do Atendimento da turma permanente da Horta.

Metodologia

Planejamento da Horta

Construção coletiva do Espaço Horta

Localização e Planejamento:



Escolher um espaço adequado na escola, com boa exposição ao sol e acesso à água. Planejar canteiros elevados para facilitar o acesso, especialmente para alunos com mobilidade reduzida. Incluir elementos sensoriais, como plantas aromáticas e de diferentes texturas.

Seleção das Plantas:

Optar por espécies de crescimento rápido e de fácil manejo, como ervas, vegetais e flores comestíveis.

Preparação do Solo e Plantio

Aulas Práticas onde os alunos aprendem sobre preparo do solo, compostagem e plantio. As atividades devem ser adaptadas às necessidades individuais dos alunos, com instruções claras e uso de comunicação visual quando necessário.

Avaliação do Projeto

Qualitativa:

Feedback dos alunos, professores, terapeutas e pais sobre a experiência e os benefícios percebidos.

Quantitativa:

Registro do progresso das plantas, frequência de participação e número de atividades realizadas.

Com este projeto, espera-se criar um ambiente de aprendizagem enriquecedor e inclusivo, onde os alunos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista possam desenvolver habilidades importantes enquanto desfrutam do contato direto com a natureza.

13.9. Projeto: Oficina de Musicoterapia para Alunos Especiais

1. Introdução

A musicoterapia é uma prática terapêutica que utiliza a música para promover o bem-estar físico, emocional, cognitivo e social. Este projeto visa implementar uma oficina de musicoterapia para alunos com necessidades especiais, criando um ambiente inclusivo que favoreça o desenvolvimento individual e coletivo desses alunos.



2. Objetivos

Objetivo Geral:

Proporcionar aos alunos especiais uma experiência terapêutica através da música, contribuindo para seu desenvolvimento integral.

Objetivos Específicos:

- Melhorar a comunicação e interação social dos alunos.
- Estimular as habilidades motoras e cognitivas.
- Reduzir níveis de ansiedade e promover o relaxamento.
- Incentivar a expressão emocional e criativa.

3. Justificativa

A musicoterapia tem sido amplamente reconhecida por seus benefícios no tratamento de diversas condições, incluindo deficiências físicas, mentais e emocionais. Alunos com necessidades especiais frequentemente enfrentam desafios que podem ser amenizados através de intervenções musicais, tornando esta oficina uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento desses estudantes.

4. Público-alvo

Alunos com necessidades especiais de instituições educacionais inclusivas e do CEE 01 de Planaltina.

5. Metodologia

- Duração: 1 hora por sessão
- Frequência: 2 vezes por semana
- Local: Sala de musicoterapia equipada com instrumentos musicais, equipamento de som e material didático específico.
- Atividades de boas-vindas e Acolhimento com breve introdução para criar um ambiente acolhedor.
- Atividades de Aquecimento: Exercícios de respiração e movimento.
- Intervenções Musicais:
- Improvisação Musical: Utilização de instrumentos para improvisação coletiva.



- Canto e Rítmica: Atividades de canto e ritmo para promover a coesão grupal.
- Composição Musical: Criação de músicas simples em grupo.
- Relaxamento Musical: Uso de música para promover relaxamento e redução de estresse.
- Feedback e Encerramento: Discussão sobre a sessão e despedida.

6. Recursos Necessários

- Instrumentos musicais variados (percussão, teclados, cordas, etc.)
- Equipamento de som (caixas de som, microfones)
- Materiais de papelaria (papel, canetas, etc.)
- Musicoterapeuta: Professor da SEDF com habilidade em música.
- Sala adequada e acessível para todos os alunos.
- Equipamento de som e instrumentos em bom estado.

7. Avaliação

A avaliação será contínua, focando no progresso individual e grupal dos alunos, utilizando:

- Observações Diretas: Análise do comportamento e interação dos alunos durante as sessões.
- Feedback dos Pais e Educadores: Reuniões periódicas para discutir o progresso dos alunos.
- Relatórios de Desenvolvimento: Registros detalhados do progresso de cada aluno, avaliando aspectos como comunicação, habilidades motoras, e estado emocional.

8. Considerações Finais

Este projeto visa promover o bem-estar e desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais através da musicoterapia. Acreditamos que esta oficina será uma valiosa adição ao currículo escolar, oferecendo benefícios terapêuticos significativos e contribuindo para uma educação mais inclusiva e holística.

13.10. Projeto: Oficina de Higiene Automotiva

1. Introdução



A oficina de higiene automotiva mantida por pessoas com deficiência é um projeto inovador que visa empoderar e criar oportunidades de emprego para indivíduos com deficiência. Além de oferecer serviços de alta qualidade, essa iniciativa busca desafiar estereótipos e promover a inclusão no mercado de trabalho.

2. Objetivos do Projeto

- Estabelecer uma oficina de higiene automotiva gerenciada e operada por pessoas com deficiência.
- Fornecer serviços de limpeza e manutenção de veículos de alta qualidade, com um foco especial na satisfação do cliente.
- Criar oportunidades de emprego significativas para pessoas com deficiência, capacitando-as e promovendo sua independência financeira.
- Sensibilizar a comunidade sobre as capacidades e contribuições das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho.

3. Estratégias de Implementação

- Recrutamento e Treinamento: Recrutar indivíduos com deficiência para cargos de gerência, administração e operação na oficina. Fornecer treinamento abrangente em técnicas de higiene automotiva, atendimento ao cliente e gestão de negócios.
- Acessibilidade e Adaptações: Garantir que as instalações da oficina sejam totalmente acessíveis, com rampas, banheiros adaptados e equipamentos ergonômicos para acomodar as necessidades dos funcionários com deficiência.
- Qualidade e Excelência no Serviço: Priorizar a qualidade e a excelência em todos os aspectos do serviço oferecido pela oficina, desde a limpeza dos veículos até o atendimento ao cliente. Manter altos padrões de profissionalismo e eficiência em todas as operações.
- Marketing e Sensibilização: Desenvolver uma estratégia de marketing que destaque as habilidades e a dedicação dos funcionários com deficiência da oficina. Promover a conscientização sobre a importância da inclusão no local de trabalho e incentivar o apoio da comunidade.



4. Parcerias e Colaborações

Estabelecer parcerias com empresas locais, organizações sem fins lucrativos e agências governamentais que apoiam a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Buscar oportunidades de colaboração e apoio mútuo para fortalecer o impacto do projeto.

5. Avaliação e Monitoramento

Realizar avaliações regulares do desempenho da oficina, tanto em termos de qualidade do serviço quanto de satisfação dos funcionários. Utilizar feedbacks dos clientes e dos próprios funcionários para identificar áreas de melhoria e implementar mudanças positivas.

6. Orçamento e Sustentabilidade

Desenvolver um orçamento detalhado que leve em consideração os custos de instalação, operação e manutenção da oficina. Explorar fontes de financiamento sustentáveis, como parcerias comerciais, doações e programas de incentivo ao emprego para pessoas com deficiência.

7. Considerações Finais

A oficina de higiene automotiva mantida por pessoas com deficiência representa não apenas uma oportunidade de negócio, mas também um passo significativo em direção à inclusão e à igualdade de oportunidades. Ao apoiar e valorizar as habilidades e contribuições das pessoas com deficiência, este projeto tem o potencial de transformar vidas e comunidades.

13.11. Projeto: Oficina de Teatro para Pessoas com Deficiência

1. Introdução

Este projeto visa promover a inclusão social e o desenvolvimento artístico e pessoal de pessoas com deficiência por meio da prática teatral. Reconhecendo o potencial transformador do teatro, buscamos criar um espaço seguro e acolhedor onde cada participante possa expressar-se livremente, desenvolver habilidades interpessoais e artísticas, e contribuir para uma comunidade mais inclusiva e consciente.



2. Objetivos

- Oferecer um ambiente inclusivo onde pessoas com deficiência possam explorar sua criatividade, expressão e talento artístico.
- Desenvolver habilidades de comunicação, expressão corporal, autoconfiança e trabalho em equipe.
- Fomentar a sensibilização da comunidade sobre as capacidades e talentos das pessoas com deficiência, promovendo uma cultura de inclusão e respeito.

3. Público-Alvo

Pessoas com deficiência de todas as idades e habilidades, incluindo deficiência física, sensorial, intelectual e/ou cognitiva.

4. Metodologia

- Oficinas semanais ministradas por profissionais qualificados em teatro e inclusão.
- Utilização de técnicas adaptadas às necessidades específicas dos participantes.
- Exploração de diferentes aspectos do teatro, incluindo improvisação, interpretação de papéis, expressão vocal e corporal, entre outros.
- Abordagem centrada no participante, respeitando ritmos individuais e incentivando a autenticidade e a criatividade.

5. Estrutura das Oficinas

Duração: 2 horas por semana.

Local: Espaço acessível e adaptado às necessidades dos participantes.

Cronograma: Aquecimento, exercícios de expressão, jogos teatrais, improvisação, desenvolvimento de cenas e feedback.

6. Avaliação

- Avaliação contínua do progresso dos participantes em termos de habilidades teatrais, autoconfiança e interação social.



- Feedback regular dos participantes e suas famílias para avaliar a eficácia do programa e identificar áreas de melhoria.

7. Considerações Finais

Este projeto busca não apenas proporcionar oportunidades de expressão e desenvolvimento para pessoas com deficiência, mas também desafiar estereótipos e promover uma sociedade mais inclusiva e empática. Acreditamos no poder transformador do teatro e estamos comprometidos em criar um espaço onde todos são valorizados e celebrados por quem são e pelo que podem oferecer.

13.12. Projeto: Oficina do Bem Estar para Servidores da Ativa e Aposentados

Objetivo do Projeto:

Promover o bem-estar físico, mental e emocional dos servidores da SEDF, tanto da ativa quanto aposentados, fornecendo uma variedade de atividades e recursos que visam melhorar sua qualidade de vida.

Descrição:

A "Oficina do Bem Estar" é um programa destinado a todos os servidores da SEDF, independentemente de sua idade, cargo ou função. O programa oferecerá no turno noturno uma ampla gama de atividades e serviços projetados para promover o bem-estar holístico, abordando aspectos físicos, emocionais e sociais da saúde.

Atividades Propostas:

- Aulas de yoga, tai chi, pilates, dança e outras.
- Voleibol.

Público-Alvo:

Todos os servidores da SEDF, incluindo aqueles da ativa e aposentados, de todas as idades e áreas de atuação.

Metodologia:



O programa será implementado por meio de uma combinação de palestras presenciais, aulas práticas, sessões individuais e em grupo, eventos sociais e recursos online acessíveis a todos os participantes.

Avaliação:

Será realizada uma avaliação contínua do programa por meio de pesquisas de satisfação, feedback dos participantes e análise dos resultados das atividades propostas. A partir desses dados, serão feitos ajustes e melhorias para garantir a eficácia e relevância contínuas do programa.

XIV. Acompanhamento e Avaliação do PPP

14.1. Avaliação Coletiva:

A avaliação da Educação Especial inclui a instituição educativa, projeto político pedagógico, condições materiais, atuação dos profissionais, estratégias de gestão, sistema de avaliação de rendimento e currículo. A escola será avaliada semestralmente, com participação da comunidade escolar e relatórios apresentados em Conselho de Classe.

14.2. Periodicidade:

A avaliação é contínua, flexível e global, envolvendo observação, registro e análise das atividades escolares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 96) recomenda uma avaliação contínua e cumulativa, focando nos aspectos qualitativos.

14.3. Procedimentos e Instrumentos:

A avaliação deve ser adaptada às diversidades, considerando o desenvolvimento biológico, intelectual, motor, emocional e social dos alunos.

Deve-se utilizar formas criativas de avaliar, como atividades em grupo ou mediadas pelo professor, e garantir um processo contínuo e formativo.

14.4. Registros:

Adaptações nas avaliações incluem avaliação oral, enunciados curtos, uso de gravuras, tempo estendido para atividades, divisão de atividades, consultas a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

materiais de apoio e uso de portfólios para registrar o conhecimento adquirido e habilidades desenvolvidas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

XV. Plano de Ação para o Desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSÁVEL	CRONOGRAMA
Dinamizar um currículo que possa resgatar a visão de totalidade dos sujeitos; estabelecendo princípios curriculares que possibilitem a participação e corresponsabilização dos sujeitos, priorizando uma ação pedagógica voltada à construção de cidadãos plenos; garantindo o acesso ao conhecimento.	A proposta é uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento da pessoa com deficiência preparando-a para o exercício da cidadania de forma plena.	1 – Estabelecer períodos para observar o “conhecimento prévio do aluno” (duas semanas, após início do ano letivo). Período de sondagem, realizados por professores regentes, coordenadores e serviços especializados. 2 – Reunião por área: aproximar das atividades curriculares professores, equipe pedagógica, construindo propostas interdisciplinares em diferentes níveis; (agendar no calendário momentos para	A avaliação de desenvolvimento ser demonstrada por relatórios, com perspectivas de avaliar as cinco áreas de desenvolvimento: <ul style="list-style-type: none">• motricidade• cognição• linguagem• socialização• autonomia da Pessoa com Deficiência.	Conselho Escolar	Ao final de cada semestre letivo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

		<p>planejar, refletir, analisar e avaliar).</p> <ul style="list-style-type: none">– Organizar projetos pedagógicos que envolvam todos os segmentos da escola, com a participação da comunidade (planejamento por projetos e atividades de ensino).– Reunião geral, para planejar as questões pedagógicas e administrativas.– Assistentes de Educação exercer função conforme ficha profissiográfica.			
--	--	--	--	--	--



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

XVI- Quadro para Síntese dos Projetos Individuais, em Grupos e ou Interdisciplinares Desenvolvidos na Escola

PROJETO	OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES	PROFESSORES RESPONSÁVEIS	AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO
ATENDIMENTO COMPLEMENTAR Basquetebol em Cadeira de Rodas	Desenvolver a educação física inclusiva e atendimento desportivo paralímpico complementar, de caráter educativo, visando estimular o potencial latente da pessoa com deficiência, dando oportunidade e as condições necessárias para que essas pessoas desenvolvam suas potencialidades de forma a proporcionar-lhes melhor estilo de vida e inserção social.	O professor, ao desenvolver suas atividades deve considerar os limites, possibilidades, características, enfermidades e funcionalidade corporal da pessoa com comprometimento, instituindo em suas ações pedagógicas diversificadas, de forma que promova a sua inclusão social.	Marlon Marcus	
Pedagogia da Água	Melhorar a qualidade de vida	Estimulação sensória motora na água	Professor de Educação Física	Relatório
Projeto Música	Melhorar a comunicação e expressão	Utilizar a música como forma de comunicação e interação	Professor de Música	Relatório



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

XVII- QUADRO DE ATENDIMENTOS PROJETO AEE-EF BCR

Especificação	Atendimento Recomendável por Turno		
	Participação	Educacional	Rendimento
Quantidade mínima de aulas semanais	02	02	03
Alunos por atendimento	10	10	10



XVIII- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNSTEIN, B.

A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOSA, C. A.

Autismo: intervenções psicoeducacionais. Revista Brasileira de Psiquiatria, 28, 47-53, 2006.

BRASIL.

Constituição da República do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1998.

BRASIL.

Decreto n. 3.956, de 08 de outubro de 2001.

BRASIL.

Diretrizes e Base da Educação - Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Ministério da Educação.

BRASIL.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001, Ministério da Educação.

BRASIL.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL.

Lei n. 1.049 de 1969 – Atendimento Especializado na Educação Física.

BRASIL.

Lei n. 10.328, de 12 de dezembro de 2001. A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério de Educação/Ministério de Justiça/UNESCO, 2006.

CORDE.

A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada/ Ana Paula Crosara e Flávia Maria de Paiva Vital (Coord.) Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

COSTA, A. M. B. da.

Currículo Funcional no Contexto da Educação Inclusiva. Disponível em: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_46.pdf. Acesso em: 17 out. 2013.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade.
Brasília: CORDE.

DISTRITO FEDERAL.

Subsecretaria de Educação Básica. Diretrizes Pedagógicas 2009/2013. Brasília, SEDF, SUBEB, 2008.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. A.

Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 8, n. 2, p. 187-193, 2005.

FORMOSINHO, J.; MACHADO, J.

Currículo e Organização - as equipas educativas como modelo de organização pedagógica. Universidade do Minho, Portugal. Currículo sem Fronteiras, v. 8, n. 1, p. 16, jan/jun 2008.

GERALDO, Antônio Carlos Hidalgo.

Didática de ciências naturais na perspectiva histórico-crítica. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2014. 175 p. (Coleção formação de professores).

Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009.

Ministério da Educação.

Secretaria de Educação Especial - Secretaria de Educação Básica. Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares, 1998.

Ministério da Educação.

Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Secretaria de Educação Especial - MEC, SEESP, 2001.

Ministério da Educação.

Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. SEESP/MEC – Brasília: MEC Secretaria de Educação Especial, 2006b.

Ministério da Educação.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

Ministério da Educação.

Conferência Nacional da Educação Básica: Documento Final, 2008.

Ministério da Educação.

Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009.

Ministério da Saúde.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

Linha de cuidado para atenção integral às pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e suas famílias no Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Presidência da República.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2012. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limite, 2012.

Secretaria de Estado de Educação.

Conselho de Educação do Distrito Federal. Resolução nº 1/2010, de 09 de novembro de 2010, Brasília, SEDF, CEDF, 2010.

Secretaria de Estado de Educação.

Conselho de Educação do Distrito Federal. Resolução nº 1/2012, de 11 de setembro de 2012, Brasília, SEDF, CEDF, 2012.

IMBERNÓN, F.

Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2000.

LEE, S.Y.; OLSZEWSKI-KUBILIUS, P.

A study of instructional methods used in fast-paced classes. *Gifted Child Quarterly*, 50, 216-237, 2006.

MARTINS, L.M.

O desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar. Campinas: Autores Associados, 2013.

MOREIRA, L. C.; BAUMEL, R. C. R.

Currículo em educação especial. *Educar*, Curitiba: Ed. UFPR, p. 125-137, 2001.

OGUEIRA, S.

Depoimento concedido via e-mail em out. 2013. Professor especialista em educação inclusiva da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2013.

RENZULLI, J. S.; REIS, S. M.

The schoolwide enrichment model: A how-to guide for educational excellence (2ª ed.). Mansfield Center, CT: Creative Learning Press, 1997.

SACRISTÁN, J. G.

O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática. In: PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. Cap. 6, p. 119-148.

SAVIANI, Dermeval.

Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 137 p.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SUPLINO, M.

Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi.

Inclusão Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1997.

VYGOTSKY, L.S.

Obras Escolhidas. Fundamentos da Defectologia, Tomo V. Madrid: Visor, 1997.

DISTRITO FEDERAL.

PDE - DF.



XIX- APÊNDICE I

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Distrito Federal

I.1. Introdução ao PDE-DF

- O Plano de Desenvolvimento da Educação do Distrito Federal (PDE-DF) é um documento estratégico que estabelece diretrizes, metas e ações para a melhoria da qualidade da educação na rede pública de ensino do Distrito Federal.
- Objetivo Geral: Promover a qualidade, equidade e eficiência no sistema educacional do Distrito Federal.

I.2. Diretrizes do PDE-DF

Diretriz 1: Universalização do Ensino Básico de Qualidade

- Garantir a oferta de vagas para todos os alunos em idade escolar.
- Implementar currículos integrados e contextualizados.

APENDICE

Diretriz 2: Valorização dos Profissionais da Educação

- Promover a formação continuada dos professores.
- Melhorar as condições de trabalho e remuneração dos educadores.

Diretriz 3: Gestão Democrática e Participativa

- Incentivar a participação da comunidade escolar na gestão educacional.
- Fomentar a transparência e a responsabilidade na administração escolar.

Diretriz 4: Inclusão e Diversidade

- Desenvolver políticas de inclusão para alunos com necessidades especiais.
- Promover a diversidade e o respeito às diferenças culturais, étnicas e sociais.

I.3. Metas e Indicadores

Meta 1: Aumento da Taxa de Alfabetização

- Indicador: Taxa de alfabetização dos alunos até o 3º ano do Ensino Fundamental.
- Meta: 95% de alfabetização até 2025.

Meta 2: Redução da Evasão Escolar

- Indicador: Taxa de abandono escolar no Ensino Médio.
- Meta: Reduzir a evasão escolar para menos de 2% até 2025.

I.4. Ações Estratégicas do PDE-DF

Ação 1: Formação Continuada dos Professores

- Realizar cursos de atualização e especialização.
- Implementar programas de mentoria para novos professores.

Ação 2: Infraestrutura e Recursos Tecnológicos

- Modernizar as instalações escolares.
- Equipar as salas de aula com tecnologias educativas avançadas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

Ação 3: Programas de Apoio ao Estudante

- Desenvolver programas de reforço escolar.
- Implementar projetos de apoio psicopedagógico.

Ação 4: Parcerias e Colaborações

- Estabelecer parcerias com universidades e instituições de pesquisa.
- Fomentar a colaboração com organizações não governamentais e a iniciativa privada.

I.5. Monitoramento e Avaliação do PDE-DF

Descrição: O monitoramento e a avaliação contínua das ações e metas do PDE-DF são essenciais para garantir a eficácia do plano e realizar ajustes necessários.

Ferramentas de Avaliação:

- Relatórios trimestrais de progresso.
- Avaliações externas independentes.
- Feedback da comunidade escolar e stakeholders.

I.6. Considerações Finais

Importância:

A inclusão do PDE-DF como apêndice no PPP da escola demonstra o alinhamento das ações escolares com as políticas públicas de educação do Distrito Federal, reforçando o compromisso com a melhoria contínua da qualidade educacional.

Compromisso:

A escola se compromete a seguir as diretrizes e metas estabelecidas no PDE-DF, adaptando suas práticas e estratégias para contribuir com os objetivos educacionais do Distrito Federal.



APÊNDICE II

Currículo Funcional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF)

I. Introdução ao Currículo Funcional

O Currículo Funcional é uma abordagem pedagógica desenvolvida para atender as necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual, com o objetivo de promover sua autonomia, inclusão social e preparação para a vida cotidiana. Este currículo é uma parte integral do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Especial para Pessoas com Deficiência Intelectual, garantindo a relevância e aplicabilidade dos conteúdos ensinados.

II. Objetivos do Currículo Funcional

- Desenvolver habilidades práticas e funcionais essenciais para a vida diária dos alunos.
- Promover a independência e a autonomia dos alunos em diversos contextos sociais.
- Fomentar competências que facilitem a inclusão social e a participação ativa na comunidade.
- Assegurar que os conteúdos curriculares sejam aplicáveis e relevantes para o cotidiano dos alunos.

III. Áreas do Currículo Funcional

Habilidades de Vida Diária

- Autocuidado: Ensino de práticas de higiene pessoal, vestuário e alimentação, como escovar os dentes, lavar as mãos, vestir-se e preparar refeições simples.
- Segurança: Desenvolvimento de competências para reconhecer e evitar situações de risco, como atravessar a rua com segurança e identificar perigos domésticos.

Habilidades de Vida Prática

- Gestão Doméstica: Treinamento em tarefas domésticas, como limpeza, organização e preparo de refeições, incluindo varrer, lavar a louça e arrumar a cama.
- Gestão Financeira: Ensino de habilidades básicas de manejo de dinheiro, como compras, planejamento financeiro e economia, compreendendo o valor do dinheiro, fazer compras com lista e usar um orçamento simples.

Habilidades Sociais e Interpessoais

- Comunicação: Desenvolvimento de habilidades de comunicação verbal e não-verbal, praticando conversas, usando linguagem corporal adequada e aprendendo a expressar necessidades e sentimentos.
- Interação Social: Promoção de competências para interações sociais positivas e eficazes, incluindo cumprimentar pessoas, participar de atividades em grupo e resolver conflitos de maneira pacífica.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

Habilidades Acadêmicas Funcionais

- Leitura e Escrita Funcional: Ensino de habilidades de leitura e escrita aplicadas a contextos práticos, como ler sinais e etiquetas, preencher formulários simples e escrever listas de tarefas.
- Matemática Funcional: Desenvolvimento de habilidades matemáticas para a resolução de problemas cotidianos, como medir ingredientes para uma receita, calcular troco em compras e usar um calendário.

IV. Metodologia de Implementação Planejamento e Desenvolvimento

- Adotar práticas pedagógicas que integrem os conteúdos curriculares de forma interdisciplinar e adaptada às necessidades dos alunos.
- Utilizar recursos didáticos diversificados e inovadores, incluindo tecnologias assistivas e comunicação alternativa, para facilitar o aprendizado.
- Desenvolver planos de aula que incorporem atividades práticas e experiências reais, promovendo a contextualização do aprendizado.

V. Ações Estratégicas para Implementação do Currículo Funcional Formação Continuada dos Educadores

- Promover cursos de atualização e especialização em educação especial e metodologias de ensino funcional.
- Implementar programas de mentoria e suporte para professores, auxiliando na adaptação do currículo e das estratégias pedagógicas.

Infraestrutura e Recursos Tecnológicos

- Modernizar as instalações escolares para tornar o ambiente mais acessível e funcional para os alunos com deficiência intelectual.
- Equipar as salas de aula com tecnologias educativas avançadas e recursos assistivos, como dispositivos de comunicação alternativa e software educativo.

VI. Monitoramento e Avaliação do Currículo Funcional Descrição:

- O monitoramento e a avaliação contínua das ações e metas do Currículo Funcional são essenciais para garantir a eficácia das práticas pedagógicas e a melhoria da qualidade da educação oferecida pela escola.

Ferramentas de Avaliação:

- Relatórios periódicos de progresso.
- Avaliações externas independentes.
- Feedback da comunidade escolar, incluindo alunos, famílias e profissionais da educação.

VII. Considerações Finais Importância:

- A inclusão do Currículo Funcional como apêndice no Projeto Político-Pedagógico (PPP) do CEE 01 de Planaltina reforça o compromisso com uma



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina

educação de qualidade, equitativa e alinhada com as diretrizes nacionais e internacionais de educação inclusiva.

Compromisso:

- O CEE 01 de Planaltina se compromete a seguir o Currículo Funcional, adaptando suas práticas pedagógicas para atender às necessidades e potencialidades de seus alunos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, autônomos e participativos.



XXI- ANEXOS



Diego Lima Costa, 09 aninhos.



Diego Lima Costa, Vice-Presidente do CETEFE – 2024.



Homenagem ao Projeto Basquetebol em Cadeira de Rodas – 2015

Presentes:

- Administrador Regional de Planaltina;
- Coordenadora da Regional de Ensino de Planaltina;
- Governo do Distrito Federal;
- Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- Secretário de Educação do Distrito Federal
- Banco de Brasília.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina



Projeto Basquetebol em Cadeira de Rodas sendo homenageado pela SUBIN-SEDF.



Projeto Teatro do CEE 01 de Planaltina em apresentação para a 1ª Dama do GDF.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina



Projeto Horta do CEE 01 de Planaltina. Quem planta colhe!



Alunos do Projeto Basquete, 1ª viagem de avião. (Wellington e Milley)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina



Homenagem da SUPLAV aos alunos após retorno do Canada.



Alunos do Basquete, CEE 01 de Planaltina no CANADA.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina



Campeão Brasileiro!



Técnico do DF, Enilson abraça Andrei, o rei dos corta-luzes no time do DF. Foto: Alexandre Urch





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Coordenação Regional de Ensino de Planaltina
Centro de Ensino Especial 01 de Planaltina



GDF Homenageando a SEDF -SUBIN.